

FRANCISCO MARTINS RODRIGUES



STALINISMO É COMUNISMO?



CADERNOS DE DEBATE - 2

STALINISMO É COMUNISMO?

Título: **Stalinismo é Comunismo?** - Cadernos de debate 2
Autor: Francisco Rodrigues Martins
Capa: António Barata
Data da edição: Agosto de 2021

FRANCISCO MARTINS RODRIGUES

STALINISMO É COMUNISMO?

LISBOA 2021

STALINE EM QUESTÃO

Para a corrente marxista-leninista nascida nos anos 60, a defesa de Staline era a pedra de toque da fidelidade à revolução.

Contra Staline tinham estado desde sempre as correntes burguesas de todos os matizes, desde a extrema direita à social-democracia. Contra Staline se tinham levantado os modernos dirigentes soviéticos, no preciso momento em que descobriam a “via pacífica para o socialismo” e a cooperação com os imperialistas para a “defesa da paz”. Os “crimes de Staline” eram (como hoje são) o argumento infalível para sucessivas gerações de arrependidos do comunismo fazerem agulha para os “valores democráticos ocidentais” e se porem ao serviço da burguesia. Podia haver melhor prova de que Staline pertencia ao campo da revolução?

Seguir as pisadas de Staline era manter a linha da revolução de Outubro, a vigilância operária de classe. Os erros que Staline pudesse ter cometido eram secundários.

Porém, à medida que tentávamos apropriar-nos da tradição do bolchevismo ia-se acumulando a evidência de que não se tratava de erros: o stalinismo era diferente do leninismo. E não bastava Staline ser atacado pela direita para ter razão.

Não era leninista a política das Frentes Populares, a dissolução da Internacional, a teoria da democracia popular, a luta pela paz no lugar da luta pela revolução. Não eram leninistas os fuzilamentos sumários de opositoristas, a asfixia “monolítica” da vida interna do partido, a simplificação escolástica do marxismo. Não eram leninistas as concessões e compromissos que, sob a aparência de uma férrea dureza *ultrabolchevique*, tinham preparado a transição da União Soviética para o capitalismo de Estado e do movimento comunista para o revisionismo.

O dilema a que a corrente marxista-leninista nasceu aprisionada – ou defender Staline ou cair no oportunismo – perdeu para nós o sentido à medida que o stalinismo se perfilou nos seus reais contornos de etapa intermédia, centrista, contraditória, na lenta degeneração burguesa da URSS e do movimento comunista.

E a sua aplicação moderna serviu-nos de contraprova: em vez do anunciado “retorno ao leninismo”, viu-se como os chamados partidos marxistas-leninistas, sob a fachada de um anti-revisionismo virulento, de um obreirismo radical e de uma disciplina *à Staline*, não foram além de uma tímida política mista operária/pequeno-burguesa que os arrasta de novo para o grande mar do reformismo.

A partir daí já não podia haver dúvida de que a resposta ao anti-stalinismo de direita não se conseguia erguendo trincheiras à volta de Staline mas empreendendo a sua crítica **pela esquerda**.

Tarefa inadiável, porquanto a questão de Staline não é meramente histórica. Nenhum programa que mereça o nome de comunista pode ser traçado na época actual sem uma tomada de posição clara sobre a natureza social, política e ideológica do stalinismo. Só essa crítica pode arredar os obstáculos que há meio século bloqueiam o renascimento do marxismo porque só ela pode libertar a classe operária da **incerteza** em que caiu quanto à sua capacidade para fazer uma revolução autenticamente socialista.

Neste número de *Política Operária* iniciamos essa reavaliação de Staline e do stalinismo. Não à maneira dos liberais, que procuram pretextos para se converterem à ordem estabelecida, com mais ou menos tintas reformistas. Não à maneira dos revisionistas, que ocultam, sob a cortina do “culto da personalidade”, o nascimento do capitalismo de Estado. Mas à maneira revolucionária marxista, que se inspira nos interesses da classe operária para levar sempre mais longe o combate ao capitalismo. Os leitores dirão se o conseguimos.

(Política Operária, 7 - Dezembro de 1989)

NOTAS SOBRE STALINE

Defendendo as repressões de Staline como “justiça proletária”, pretende-se mascarar, sob as cores da firmeza de classe, uma política de equilíbrio entre a classe operária e a pequena burguesia. O mesmo equilíbrio que levou a Rússia dos soviets para o capitalismo de Estado e para o revisionismo.

1. “JUSTIÇA PROLETÁRIA”

Em 1936-1938, em três grandes processos sucessivos, 90 dirigentes e membros destacados do Partido Bolchevique (Zinoviev, Kamenev, Bukarine, Rikov, Radek, Smirnov, Piatakov, etc.) confessaram publicamente ter organizado dois centros paralelos de espionagem e terrorismo, em ligação com Trotsky e com a Gestapo. Foram na quase totalidade fuzilados. Pela mesma altura, num outro julgamento à porta fechada, foram condenados e fuzilados alguns dos principais comandantes do Exército Vermelho, acusados de traição ao serviço do nazismo.

Veio a saber-se depois que esta era apenas a ponta de um gigantesco *iceberg*. Durante esses três anos foram julgados em processo secreto ou fuzilados sem processo muitos milhares de membros do partido, numa verdadeira caça aos cúmplices, apoiantes ou simples familiares dos “espiões”. As deportações contaram-se por centenas de milhares ou milhões. A tortura era procedimento corrente.

Soube-se também que a caça aos “*espiões trotsko-fascistas*” se alargou aos meios da Internacional Comunista, levando à execução de mais de uma centena de dirigentes e quadros de diversos partidos que se encontravam em Moscovo. Por fim, para completar a macabra *limpeza*, o próprio Trotsky foi assassinado no México.

Para a crítica burguesa e pequeno-burguesa, este balanço esmagador seria a prova de que a teoria leninista da ditadura do proletariado e do papel dirigente do partido comunista desemboca na ditadura mais feroz. O “socialismo nacional” de Staline seria a réplica de “esquerda” ao nacional-socialismo de Hitler. Conclusão: a pretensão marxista de subverter a democracia burguesa conduz a uma barbárie

simétrica do nazismo; a revolução proletária é uma aberração totalitária adornada com retórica marxista.

Os modernos dirigentes soviéticos tentaram, com o relatório secreto de Kruchoy, lançar pela borda fora esse lastro insustentável. Horrorizaram-se com as “*violações da legalidade socialista*” (em que todos eles estavam implicados até ao pescoço e de que só contaram uma pequena parte), fizeram uma chorosa reabilitação póstuma das vítimas do “culto da personalidade” e fuzilaram Béria, o braço direito de Staline, *desmascarado* à porta fechada como espião do imperialismo desde 1921...

O ponto final nos julgamentos de Moscovo foi um novo e não menos tenebroso julgamento de Moscovo. Ficou por explicar o principal: como é que o socialismo podia produzir por acidente tais monstruosidades.

Com a sua paródia de autocrítica, os dirigentes soviéticos só mostraram uma coisa: que a consolidação do seu poder lhes permite evoluir da violência repressiva do tempo de Staline para uma pseudo-democracia socialista, tão hipócrita à sua maneira como a democracia burguesa.

Contra esta baixeza, a corrente marxista-leninista manteve-se a pé firme na tese de que as repressões de Staline serviam a “justiça proletária”.

Castigando os espiões, assassinos e sabotadores trotskistas-zinovievistas-bukarinistas, Staline teria assegurado o triunfo do socialismo na URSS. Os excessos cometidos deveriam considerar-se uma tragédia, resultante de se ter entregue à polícia política a vigilância que incumbia sobretudo às massas. Havia que ter em conta as atenuantes – a inexperiência, a tensão provocada pelo cerco capitalista, os abusos cometidos sem conhecimento de Staline. De qualquer modo, ainda não teria chegado a altura propícia para discutir os possíveis erros de Staline, porque fazê-lo agora é dar armas à campanha anti-comunista do imperialismo.

Todas estas justificações se desmoronaram porém como duplicidade tortuosa a fazer figura de firmeza de classe.

Podem absolver-se como meros “excessos” a tortura, os processos forjados, o fuzilamento sumário de milhares de inocentes, a deportação de populações inteiras? O terror policial pode ser confundido com o terror revolucionário de massas? Saber se os opositores a Staline eram ou não espiões é uma questão secundária? Se as *depurações* reforçaram o socialismo, como se compreende a fácil vitória dos

revisionistas depois de Staline? E se o socialismo repousava apenas sobre a vigilância de um “*sentinela*”, que espécie de poder operário e camponês era esse?

A reabilitação do stalinismo revelou-se indefensável. Sobre tudo quando a vida mostrou que a veneração da corrente “marxista-leninista” por Staline visava mais do que a mera justificação do passado. A recente eliminação na Albânia de Mehmet Shehu (e de centenas de partidários seus), acusado sem processo público de ter sido um “*tríplo espião*” do imperialismo durante 40 anos mostra que a chamada corrente marxista-leninista não admite que se ponham em causa os processos de Moscovo porque precisa de continuar a fazê-los.

Assim, revisionistas e “marxistas-leninistas”, cada um à sua maneira e em campos antagónicos, alimentam com as suas desculpas a campanha da burguesia tendente a desacreditar a ditadura do proletariado como um regime de arbítrio.

2. A RÚSSIA GRÁVIDA DE TERROR

A escalada do terror acompanhou a gestação de um novo regime social na União Soviética, já sem nada de comum com a revolução de Outubro, a não ser nos *slogans*. Do processo de Chakhty em 1928 ao fuzilamento de Bukarine vão dez anos de transformação violenta de toda a estrutura da sociedade soviética, durante os quais a repressão se alarga em crescendo. É nessa convulsão social que se deve procurar a chave do terror e não nos maus folhetins sobre a “*desconfiança doentia*” e o “*espírito vingativo caucasiano*” de Staline.

Mas não podia essa convulsão ter sido evitada, uma vez que o poder dos bolcheviques já se estabilizara, após os combates de 1917 e da guerra civil?

Para a corrente crítica inspirada na escola maoísta, o terror teria resultado da obsessão de Staline pela industrialização a todo o vapor e pela colectivização agrária forçada, que provocaram a ruptura da aliança operário-camponesa e obrigaram ao reforço desmesurado da intervenção do Estado, do partido e da polícia. O prosseguimento da NEP, como era defendido por Bukarine, teria proporcionado um crescimento económico menos acelerado mas mais equilibrado, conservaria a aliança operário-camponesa e daria base a uma genuína democracia socialista.

Esta ideia de um período de transição gradual e moderada para o socialismo depois da tomada do poder é sem dúvida atraente

mas esquece a resistência exasperada da pequena burguesia à expropriação e à perda de privilégios.

Em 1927, a revolução russa chegara a uma encruzilhada que impunha escolhas antagónicas: ou, para manter a economia em funcionamento, se alargavam as cedências à pequena burguesia, engordada à sombra da NEP, e a partir daí já não se poderia travar a evolução para a direita; ou se declarava guerra à burguesia nepista e nesse caso a única saída era substituir rapidamente a economia kulak por uma agricultura colectivizada e uma grande indústria a servir-lhe de base.

A polémica, que vinha subindo de tom entre a ala direita e a ala esquerda do partido, decidiu-se a favor da segunda quando a corrente stalinista, maioritária, que até aí se aliara à direita, se resolveu a “*mandar ao diabo a NEP*”, ajustar contas com os kulaks, cuja pressão económica e política se tornava ameaçadora, e proceder à “socialização integral”.

Uma vez iniciada a “*grande viragem*”, a dinâmica da luta de classes imprimiu-lhe uma dimensão gigantesca e um ritmo vertiginoso. Em **quatro anos**, milhões de explorações familiares foram expropriadas, toda a economia privada foi suprimida, o país cobriu-se de grandes herdades cooperativas assentes no trabalho mecanizado, a produção industrial mais que triplicou, a classe operária passou para o dobro, houve uma promoção maciça de operários a postos de chefia.

Esta revolução (pode-se-lhe chamar outro nome?) foi marcada pela violência que acompanha os grandes embates de classe. O terror surgiu, numa primeira fase, da necessidade de aniquilar o poder económico e político dos kulaks e nepmen, da velha elite técnica e intelectual e da fracção do partido que exprimia os seus interesses.

Sabemos hoje que a “*terceira revolução*” de Staline não era a revolução socialista que imaginavam os seus promotores. Mas o que interessa sublinhar aqui é que, no ponto a que chegara a correlação entre as classes na URSS em 1928, uma saída violenta era inevitável, para um ou para o outro lado.

Mais: a via proposta pela oposição de direita teria arrastado, com a gradual restauração do capitalismo e a nova disputa entre burguesia e proletariado, uma explosão de terror provavelmente não menor mas maior do que a de Staline. À medida que o capitalismo ganhasse posições seriam implacavelmente varridas as ilusões de Bukarine numa “*pacificação soviética*” à custa de concessões. O retrocesso à antiga ordem social custaria rios de sangue.

A verdade é que a Rússia “popular” de 1928 estava grávida de terror, tal como veio a acontecer com a China “popular” de 1966. E isto porque o ajuste de contas com a pequena burguesia se revelou como uma segunda etapa inevitável após o derrubamento da velha ordem social, sobretudo em países de economia largamente pré-capitalista.

As receitas maoístas do consenso “democrático-popular” procuraram adaptar o bukarinismo, não tanto aos campos chineses, onde o impulso revolucionário era indomável, mas à integração pacífica da pequena burguesia comercial, industrial e intelectual. Afinal, a “*democracia nova*” para a “*justa solução das contradições no seio do povo*” não conseguiu evitar um confronto violento e teve um desenlace pouco diferente do da Rússia.

Esta experiência ajuda a compreender que o stalinismo não foi uma aberração mas uma tentativa para romper o laço pequeno-burguês que estrangulava a revolução russa. Tentativa tardia e lançada por cima da cabeça da classe operária, acabou de liquidar o poder soviético, já profundamente enfraquecido durante a NEP.

3. “A VELHA GUARDA BOLCHEVIQUE”

A imagem do bloco oposicionista como a “*velha guarda bolchevique*”, fiel ao leninismo e por isso vítima de Staline, pode agradar aos trotskistas mas não tem nenhum fundamento.

A “*velha guarda*” (de que Staline também fazia parte) desperara-se ao longo dos anos da NEP por tendências de direita, de esquerda e de centro. Muitos dos seus membros oscilavam e passavam de uma posição a outra ao sabor das pressões de classe opostas. A tentativa de Trotsky para reunir os opositores a Staline e Bukarine num bloco unificado, em 1926, fracassou, antes de mais, porque pretendia fundir, à velha maneira de Trotsky, o leque de posições antagónicas em que se tinham separado os bolcheviques.

De qualquer modo, a ruptura de Staline com Bukarine, quando se tornou evidente o resultado desastroso da política de cedências à burguesia “aliada”, no plano interno como no internacional (China, trabalhistas ingleses), provocou um realinhamento de toda a luta interna no partido.

Ao adoptar o caminho da “*socialização a marchas forçadas*”, Staline ganhou a adesão da maioria da ala esquerda do partido, que via finalmente entrar em aplicação o seu programa e afastado o perigo agitado por Trotsky de uma capitulação “*termidoriana*”. Bukarine e os adeptos da NEP, privados do apoio correctivo de Staline, desloca-

ram-se francamente para a direita. E Trotsky, obrigado a celebrar no exílio as realizações do regime que o expulsara, encontrou-se sem base política.

A realidade, que tentam piedosamente velar os anti-stalinistas, é que, depois de 1930, o reagrupamento das oposições só se podia fazer sobre uma plataforma de direita porque ninguém tinha uma alternativa revolucionária para opor aos planos quinquenais, à colectivização e à nova linha da Internacional.

Fragmentos de uma crítica de esquerda à via stalinista tinham sido formulados por Trotsky e por outros (ao crescimento da burocracia, à supressão do debate no partido, à falsificação da sua história). Houve mesmo oposicionistas, como Rakovski, que tiveram a percepção de que o regime chefiado por Staline iria desembocar num capitalismo estatal de tipo novo. Mas não estava claro para ninguém como é que a ditadura proletária dos primeiros anos se desvanecera e o que deveria ser feito para lhe voltar a dar vida. Não havia um programa proletário revolucionário para contrapor ao ambíguo radicalismo de Staline e ao direitismo evidente de Bukarine — e isto diz tudo sobre o impasse a que chegara a revolução.

Precisamente porque só surgiam como possíveis estes dois caminhos, a “*velha guarda bolchevique*” perdeu a base social de apoio e entrou em decomposição política. Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Radek, Bukarine – antigos direitistas e esquerdistas convergiram, na luta contra Staline, para uma oposição comum de direita. Não é o facto de terem sido vítimas de uma repressão injusta e cruel que pode ocultá-lo.

A autocritica de Bukarine em tribunal, que não se confunde com qualquer “confissão” extorquida pela tortura, retratou lucidamente esse afundamento político dos oposicionistas:

“Começámos por um desvio, pelo descontentamento face à colectivização e à industrialização. Ironizávamos sobre os kolkozos e defendíamos a multiplicação dos proprietários abastados. Considerávamos as gigantescas fábricas em desenvolvimento como monstros insaciáveis que iam devorar tudo e privar as massas de bens de consumo. E depois, viemos a encontrar-nos, literalmente da noite para o dia, do outro lado da barricada, do lado dos kulaks, dos contra-revolucionários, dos restos capitalistas.

Qual de nós teria em 1919 a ideia de atribuir a ruína da economia aos bolcheviques? Ninguém. Isso seria considerado pura e simplesmente como traição. Contudo, já a minha crítica de 1928

sobre a 'exploração militar-feudal' do campesinato imputava ao proletariado a responsabilidade pelo acirramento da luta de classes.

Se quisermos resumir a minha plataforma-programa para a economia, ela era: capitalismo de Estado, defesa dos camponeses abastados, redução das cooperativas agrícolas, concessões ao capital estrangeiro, abandono do monopólio estatal sobre o comércio externo; em conclusão, restauração do capitalismo no país.

No terreno político, o nosso programa implicava um deslizar para a liberdade democrático-burguesa, para uma coligação com os mencheviques, socialistas-revolucionários e outros. E poderia mesmo, na medida em que prevíamos a necessidade de um bloco com eles e de uma 'revolução de palácio', tender para uma ditadura'.¹

4. A "CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO"

A natureza social da tumultuosa "construção do socialismo" realizada no início dos anos 30 sob a direcção de Staline surge mais clara quando a observamos através dos seus diferentes períodos (Bettelheim):

No **primeiro**, de 1928 a 1931, há um impetuoso ascenso de massas, quando o grupo dirigente se apoia nos operários e camponeses pobres para a destruição das bases do capitalismo privado. A expropriação dos kulaks, o controle sobre os técnicos burgueses, a realização do primeiro plano quinquenal, chamam para a vanguarda da luta grandes massas trabalhadoras, sobretudo da juventude operária, galvanizada pelo objectivo de acabar com a exploração, erguer em ritmo febril grandes fábricas e novas cidades, dominar a técnica, extirpar a ignorância. A classe operária enfrenta com ânimo revolucionário as tremendas provações económicas, convicta de que está finalmente a construir o socialismo e a avançar para o comunismo.

É o período da crítica ao desvio de direita, da proletarianização do aparelho do partido e do aparelho de Estado, da "revolução cultural", das assembleias de fábrica, do ataque aos privilégios e aos especuladores, da campanha de formação de milhão e meio de novos técnicos e quadros "peritos e vermelhos". Duplica o número de alunos nas escolas, abrem as universidades operárias, triplica a tiragem da imprensa, largamente aberta à crítica da base.

1) "Les Procès de Moscou", Pierre Broué. Julliard, 1964, págs. 193-196.

É também o período em que o partido imprime à Internacional Comunista uma nova orientação combativa, em ruptura com as vacilações anteriores. Os partidos comunistas saem da dependência da social-democracia e transformam-se em partidos de luta operária contra a crise capitalista.

No **segundo período** (1932-34), quando se confirma o êxito do plano quinquenal e a liquidação da pequena burguesia tradicional, o grupo dirigente orienta-se para a moderação dos excessos e para passar da agitação revolucionária à restauração da ordem. Promove a luta contra o “*igualitarismo*”, alarga o leque salarial (1 para 30!), institui o livrete de trabalho e uma severa disciplina nas fábricas, apoia a autoridade e os privilégios dos novos quadros, suprime as limitações nos salários dos comunistas, reabilita a elite intelectual anteriormente marginalizada.

O “*Congresso dos vencedores*” em 1934 é a consagração da nova ordem social, formalmente “*socialista*”, em que os quadros assumem uma posição de comando inatacável e as massas operárias e camponesas são expropriadas de todas as conquistas e relegadas à função de simples produtores.

Ao mesmo tempo, perante o ascenso do nazismo, a política internacional do Partido Bolchevique abandona o curso anterior, inflecte-se numa direcção moderada e lança-se à busca de alianças com a social-democracia e a burguesia liberal.

Terceiro período (1935-38): o novo regime, que se pretende baseado na aliança “*harmoniosa*” dos operários, kolkozianos, empregados e intelectuais, é modelado através do terror. Culto do chefe “*genial*”, poder absoluto da polícia política, caça aos “*sabotadores, traidores e espões*”, execuções em massa.

A melhoria geral do nível de vida acompanha a supressão de todos os direitos políticos dos operários a coberto da nova Constituição, “*a mais democrática do mundo*”, a consolidação dos privilégios dos quadros e o seu recrutamento em massa para o partido.

Degradação da vida intelectual, renascimento do nacionalismo sob cores socialistas, pragmatismo oportunista da política externa. A nova linha de Dimitrov no 7º Congresso da Internacional Comunista alimenta, em nome da política das Frentes Populares, a degeneração reformista dos partidos comunistas. O apoio à revolução proletária é sacrificado como um estorvo às manobras diplomáticas com a burguesia liberal (guerra de Espanha). O terror *ultra-bolchevique* no interior casa-se com o oportunismo no exterior.

Assim, a revolução que triunfa na União Soviética nos anos 30 começa por se apoiar na classe operária para eliminar a pequena burguesia e acaba subordinando operários, camponeses e quadros ao poder autocrático de Staline, que parece reinar acima das classes. Este “totalitarismo do Partido-Estado” não é um “desvio perverso” (Bettelheim) mas um sistema político de compromisso, edificado sobre o fracasso da revolução proletária, abortada nos anos da NEP.

5. MONOLITISMO E COMPROMISSO DE CLASSE

O monolitismo deu os primeiros passos nos anos de 1922-28, quando o esforço para manter o equilíbrio instável da NEP contra as pressões de esquerda e de direita levou o grupo dirigente stalinista a entrincheirar-se num aparelho dotado de poderes cada vez mais vastos.

Sob a acção dos interesses de classe contraditórios, o Partido Bol-chevique, partido único no poder, corria o risco de se transformar num mosaico de tendências e desagregar-se. Para Staline, a resposta estava na edificação de um partido monolítico, do qual fosse banido o risco de tendências, correntes ou fracções. Tratava-se de demonstrar que o partido único podia ser simultaneamente um partido “feito de um só bloco”, “limpo de escórias”, órgão infalível da ditadura do proletariado.

Esta nova concepção de partido (que só pôde ser aplicada graças à corrente maioritária de apoio a Staline) exprimia, sem disso ter consciência, as exigências da política intermédia da NEP. Para refrear as aspirações socialistas dos operários, congelar a revolta dos camponeses pobres, manter sob controle a pequena burguesia, era preciso um partido independente dos impulsos de classe, um suposto árbitro da luta de classes – e, como árbitro, absolutamente monolítico.

Tornaram-se lei permanente as restrições excepcionais à polémica instituídas pelo 10º Congresso, procedeu-se à *homogeneização* do aparelho pelas sanções sumárias aos discordantes, transformaram-se os secretários dos comités em controladores nomeados a partir de cima, criou-se um corpo gigantesco de funcionários para compensar a paralisia política forçada da base, limitou-se o debate ao âmbito do comité central, depois só do Bureau Político, até acabar suprimindo-o por completo.

A unidade monolítica afastava os perigos de divisão mas era uma engrenagem que exigia sempre mais; tinha que ser sempre *aper-*

feiçãoada para não se desmoronar. Admitir vozes públicas discordantes não era minar a autoridade da direcção e a disciplina nas fileiras? A expulsão de Trotsky e Zinoviev em 1927, antes do 15º Congresso, iniciou a tradição dos congressos *depurados* e unânimes, reduzidos à função de órgãos consultivos e legitimadores *democráticos* do grupo dirigente.

Na situação de *estado de sítio* permanente que se viveu a partir de 1928, completou-se a remodelação monolítica do partido e de toda a sociedade. O partido tornou-se um superaparelho administrativo de Estado, rigorosamente hierarquizado em estilo militar. Toda a rica tradição de luta ideológica dos bolcheviques, que tinha permitido manter um amplo debate mesmo nos anos dramáticos da guerra civil e da intervenção estrangeira, tornava-se agora obsoleta.

Por qualquer razão misteriosa que escapava aos stalinistas, a entrada no “socialismo” produzia um regime diferente do que fora imaginado por Lenine. Poder dos soviets, democracia operária, liberdade criadora, tornavam-se *slogans* vazios de propaganda. A realidade que se impunha era a da unidade férrea em torno do núcleo dirigente. Qualquer brecha por onde se deixasse passar o germe da divisão podia trazer a ruína do partido e do regime.

Assim se chegou ao culto pela autoridade e perspicácia infalíveis do chefe, como o cimento unificador, sem o qual todo o edifício cairia em pedaços. E assim se concluiu, pela lógica das coisas, que os que teimavam em discordar já não eram só oportunistas; tinham que ser forçosamente inimigos e traidores. O monolitismo ia começar a dar os seus frutos de terror.

O que interessa reter é que monolitismo e terror, surgindo sob a aparência de uma “*lei implacável do proletariado*”, exprimiam uma política de compromisso entre proletariado, pequena burguesia e quadros. Era a manutenção desse equilíbrio instável que forçava a elevar o aparelho burocrático como um poder acima de toda a sociedade.

A evolução posterior viria a revelar que, apesar dos seus esforços convulsivos para se manter como o fiel da balança entre as classes soviéticas, o sistema stalinista serviu de veículo à formação de uma nova burguesia de Estado.

Quando Mao Tsetung tentou, trinta anos mais tarde, evitar na China a repetição da espiral do monolitismo e do terror, admitindo o debate interno no partido, a “*luta entre duas linhas*” e a “*educação pela luta ideológica*”, ele só conseguiu adiar o confronto. Mas o descalabro da revolução abriu caminho por outra via. Porque o problema não era

de métodos de luta interna – era do compromisso de classe em que a revolução, na Rússia como na China, se via forçada a manter-se, por falta de força do proletariado para a levar por diante.

6. A RODAGEM DO TERROR

De 1928 a 1932 decorreu a primeira etapa da escalada repressiva. Técnicos e administradores implicados em actos de sabotagem ou resistência ao I plano quinquenal (e teleguiados a partir dos círculos da burguesia emigrada), foram condenados em diversos processos. A repressão era ainda selectiva, as penas de morte excepcionais, mas o regime descobria a vantagem da manipulação policial dos processos.

Avolumando os embriões contra-revolucionários à dimensão de partidos clandestinos estruturados (o “*partido industrial*”, o “*partido camponês*”, o “*bureau do interior do partido menchevique*”) podia-se reforçar o carácter educativo dos processos: dava-se um exemplo severo e demolidor a todos os opositores potenciais, sacudia-se o torpor político dos operários, fazendo-lhes sentir mais concreto o perigo de restauração capitalista se não apoiassem o regime, lançava-se sobre os réus o odioso por todas as falhas do sistema, desviando sobre eles a má-vontade que existisse contra o regime.

Mas para apanhar os réus na armadilha das suas faltas reais e levá-los a confessar não só o que tinham feito como o que poderiam vir a fazer, havia que pôr de lado os escrúpulos de legalidade. A tortura tornou-se prática corrente: privação do sono e de alimentação, interrogatórios de dezenas de horas, espancamentos. E por que não? Afinal os réus eram antigos burgueses, mencheviques, não havia nada de mal em fazer-lhes sentir o aguilhão da justiça proletária...

Esta manipulação do ódio de classe à burguesia foi aplicada em larga escala na “*deskulakização*” de 1930. Os kulaks resistiam às requisições, enterravam o trigo, abatiam o gado, assassinavam agitadores comunistas nas aldeias, provocavam motins – estavam a pedir uma lição definitiva. Massas enormes de famílias kulaks e “*pró-kulaks*” (milhões, segundo cálculos impossíveis de verificar) foram expropriadas; homens, mulheres e crianças foram deportados para regiões longínquas, condenados a trabalhos forçados, onde muitos pereceram à falta de condições de subsistência.

O “*Outubro camponês*”, como foi chamado, foi uma caricatura do outro Outubro. Os camponeses pobres e jornaleiros, sacrificados e reprimidos por dez anos de mordada da NEP, serviram apenas de

alavanca. A iniciativa da “revolução” coube ao aparelho do partido e à polícia, com todo o estendal de arbitrariedades que isso acarretava.

Mas o êxito espectacular desta operação de deportação massiva, que remodelou em poucos anos toda a estrutura agrária, reforçou no aparelho dirigente a confiança eufórica em que o caminho para o socialismo consistia em pôr de lado todos os escrúpulos *liberais* acerca de custos humanos, métodos de luta, democracia de massas.

Os bolcheviques “*podiam tudo*” desde que se libertassem da confiança ingénuo do tempo de Lenine, fossem dez vezes mais vigilantes e implacáveis do que o inimigo, não hesitassem em eliminar fisicamente os adversários e conduzissem os operários para o “socialismo” com mão firme.

Não é de estranhar que o grupo stalinista, que construía uma sociedade nova a golpes de audácia, não desse sinais de vitalidade revolucionária mas de insegurança e medo. O sentimento exaltante de que “*não há barreiras que resistam ao assalto dos bolcheviques*” combinava-se com uma tensão sobre-humana para antecipar-se aos golpes que poderiam surgir donde menos se esperasse e para arrastar na “revolução” as massas politicamente inertes.

Quanto mais se internava no “socialismo”, mais cercado o regime se sentia: pelos quadros corruptos ou sabotadores, pelos dissidentes que minavam a disciplina do partido, pelos operários *desagregadores*, pelos camponeses que resistiam à colectivização, pelos traficantes e especuladores, pelos espões do estrangeiro, pelos carreiristas trapaceiros, pelos dirigentes ávidos de poder pessoal.

A única arma capaz de pôr ordem neste vespeiro era a polícia política. Ela tornou-se em breve “*o reduto supremo da ditadura do proletariado*” e, como seria de esperar, transformou a luta de classes num caso de polícia. O regime, que continuava a falar em nome da classe operária mas que na realidade se considerava livre de quaisquer amarras de classe, ia pagar o preço dessa liberdade com o poder terrorista da polícia.

7. OS VENCEDORES NA ENCRUZILHADA

Em 1934, no “congresso dos vencedores”, Staline celebrou o triunfo da revolução, o fim das oposições, a consolidação da unidade do partido. Depois de cinco anos de convulsões, a NEP passara à história, a socialização integral tornara-se uma realidade indiscutível, desaparecera o motivo das antigas divergências. Bukarine, Zinoviev,

Kamenev reconheceram o erro das suas posições anteriores e declararam o apoio à linha stalinista.

Parecia ir-se entrar numa época de pacificação acompanhando a prosperidade que se anunciava. Foram libertados milhares de presos e anulados muitos processos; a polícia política, a GPU, foi reestruturada como NKVD e privada do poder de instruir processos e decretar penas de morte; uma comissão especial foi encarregada de redigir uma nova Constituição, que reflectisse a harmonia social da nova sociedade; o I Congresso dos Escritores exaltou o novo "*humanismo soviético*". Vivia-se um vento de mudança.

Hoje sabe-se que este clima de liberalização do 17º Congresso do partido ocultava uma nova luta de tendências, mais secreta e mais exasperada do que todas as anteriores. As grandes transformações sociais tinham projectado uma imprevista corrente tecnocrática e intelectual, céptica quanto ao modelo stalinista, ansiosa por desfrutar os seus privilégios em clima de pacificação.

Sob os louvores unânimes a Staline disputava-se a forma que deveria tomar o novo regime. Muitos dos que tinham aderido sem reservas à batalha da "socialização" convergiam agora com antigos opositoristas na opinião de que já não se justificava a centralização desmedida de poderes nas mãos de Staline e do seu aparelho. Queriam institucionalizar uma legalidade que neutralizasse lejev, Kaganovitch, Molotov, Malenkov, Béria, Proskrebitchev, temidos pelo seu estilo de perseguição implacável em nome da "*firmeza de classe*".

A corrente liberal, que encontrara em Kirov, o primeiro secretário de Leninegrado, o seu líder político, já tinha feito sentir a sua força no Bureau Político e no Comité Central ao impedir em 1932 e 1933 a condenação à morte de dissidentes de direita (Riutine) ou trotskistas, como Smirnov e o seu grupo.

A sua influência no congresso foi inesperada e preponderante. Kirov, eleito para o Secretariado do CC, ficou numa posição mais destacada do que Staline, que teve grande número de votos contrários. Bukarine, nomeado responsável pelo *Izvestia*, voltou a ser reconhecido como ideólogo eminente do partido, apesar da desautorização que sofrera anos antes. E, sobretudo, os poderes da polícia foram restringidos.

O assassinato de Kirov, em Dezembro desse ano, veio desmorrar as vantagens com que a ala liberal se iludia. Atribuído aos meios opositoristas (o assassino pertencia a um núcleo de jovens adeptos do terrorismo), o crime fora, como veio a saber-se posteriormente,

facilitado pela própria polícia e, directa ou indirectamente, montado pelo aparelho de Staline.

Assim, a ala stalinista, que fora forçada a contemporizar nos meses imediatos ao congresso, via-se livre da principal personalidade liberal e arranjava um pretexto para um ataque em toda a linha. O crime viera *demonstrar* que a centralização não devia ser afrouxada mas, pelo contrário, tinha que se tornar mais rigorosa.

Um decreto instituindo o procedimento judicial de excepção entrou em vigor no dia seguinte ao crime. (Já no mês anterior fora criado um organismo policial com poderes para deportar sem julgamento elementos "*socialmente perigosos*"). Uma centena de presos foram fuzilados em processo sumário nos dias imediatos. Milhares de militantes de Leninegrado foram deportados para a Sibéria por suspeita de estarem associados de uma forma ou de outra aos opositores. Zinoviev e Kamenev, considerados "*moralmente responsáveis*" pelo crime, foram condenados a pesadas penas.

Mas isto eram só os preliminares do ajuste de contas. Os stalinistas, que tinham estado, contra ventos e marés, na brecha da "revolução" e que se sentiam como os construtores do socialismo, não podiam tolerar esse inesperado reaparecimento de uma corrente que ameaçava a sua centralização de poderes. Se esses liberais frouxos queriam deitar a perder todas as conquistas dos anos anteriores, iam ter a lição merecida.

O ano de 35 passou-se com os liberais a queimar os últimos cartuchos para tentar deter a avalanche repressiva. Inscrevendo no projecto de Constituição o direito de voto universal, a independência da justiça, o direito de defesa dos acusados, Bukarine e Radek esperavam ainda manietar os *ultras*. Na realidade, só o que conseguiram com essa barreira de papel foi fornecer-lhes uma nova cobertura legal.

O aparente compasso de espera de 1935 serviu aos stalinistas para uma acumulação massiva de forças. Iejov veio tomar no secretariado o lugar que fora de Kirov. Adoptou-se uma cascata de decretos a servir de armadura à repressão (entre eles a possibilidade de condenar à morte crianças de 12 anos e os que não denunciasses crimes). Prepararam-se meticulosamente todas as peças dos grandes processos. Em 1936 tudo estava a postos para "arrancar o mal pela raiz" e aniquilar os "homens de duas caras".

Já depois de iniciados os processos e fuzilada a primeira leva, Staline e Molotov insurgiram-se contra a brandura da polícia que parecia hesitar em liquidar os restantes dirigentes opositores:

“Os nossos serviços de segurança têm quatro anos de atraso”. A partir de 1937, com lejev na chefia do NKVD, a máquina pôde ceifar sem entraves todas as “ervas daninhas”. E um dos alvos a castigar era naturalmente o 17º Congresso de má memória: mais de metade dos delegados e mais de dois terços dos membros do CC aí eleitos foram fuzilados.

8. “MONSTROS DE PERVERSIDADE”

A história dos processos de Moscovo continuará por fazer enquanto se conservar secreta a massa da documentação sobre o assunto. Em todo o caso, dois factos parecem hoje incontestáveis. Primeiro, havia entre os oposicionistas uma conspiração real para limitar os poderes de Staline ou para o derrubar. Muito estranho seria aliás que não o tentassem. A rede de ligações de Trotsky com os meios oposicionistas, a articulação destes no seio do partido, do exército e da polícia, o contacto de Bukarine com mencheviques em Paris, não foram inventados.

Segundo, nunca chegou a existir o “centro de espionagem e terrorismo” descrito em tribunal e confessado pelos réus. Zinoviev, Kamenev, Bukarine, Rikov, Piatakov foram fuzilados sob falsas acusações.

Na realidade, os processos, aceites na época como verídicos devido à confissão pública dos principais réus, vieram a revelar-se forjados: não foram apresentados documentos comprovativos das acusações, mas apenas uma teia de denúncias mútuas e confissões; a tortura foi aplicada em larga escala; só uma pequena parte dos réus (os “confessos”) foi julgada em público; muitas das testemunhas de acusação citadas não chegaram a comparecer em tribunal; nenhum dos supostos espões e criminosos profissionais tentou refugiar-se no Ocidente como seria natural; nada foi encontrado nos arquivos nazis no fim da guerra sobre os alegados financiamentos e directivas aos oposicionistas.

A verdade é que se alguns reais agentes nazis tinham sido descobertos na Ucrânia em 1933 e 1936, nada permite supor que houvesse qualquer implicação dos responsáveis do partido nessa actividade. Existem mesmo fortes indicações de que Tukhatchevski e outros generais fuzilados como espões e mais tarde reabilitados, tivessem sido vítimas de documentos forjados pelos próprios nazis e feitos chegar às mãos de Staline através da Checoslováquia.

A organização terrorista e de espionagem foi pois um cenário montado pela acusação para castigar uma ‘traição’ diferente – a resistência a Staline. Quando o procurador Vichinsky estigmatizava os réus como “*monstros de perversidade*”, atribuindo-lhes actos de sabotagem e espionagem por vezes delirantes (misturavam vidro moído no pão, abatiam árvores para destruir o património florestal...), ele tratava de objectivar a sua traição política em crimes contra o Estado, em crimes de delito comum. Não se podia, à face da “legalidade socialista”, fuzilar Zinoviev ou Kamenev só porque tinham conspirado para mudar o rumo da política e appear Staline do poder. O crime político, para ser castigado, precisava de algo mais palpável, de uma *tradução popular* convincente para as massas.

Daí o trabalho da acusação para extorquir confissões e confundir com elas os réus que negavam, até construir um edifício convincente. As simples opiniões contrárias a Staline eram avolumadas em “*directivas incitando ao crime*”; os encontros forçosamente clandestinos dos opositoristas apareciam como reuniões de organismos estruturados; os casos de negligência eram transformados em crimes deliberados; as meras intenções em actos consumados.

Smirnov recebera um manifesto de Trotsky? Porque não dizer que trouxera instruções para assassinar Staline e Vorochilov? Alguns dos opositoristas tinham contactado nos anos 20 o general alemão von Seekt em missão oficial do governo soviético? O que impedia de supor que tivessem sido aí recrutados para o serviço secreto? Um opositorista fora culpado de grave negligência económica? Porque não atribuí-la a sabotagem organizada? Molotov sofrera um ligeiro acidente de automóvel? E se o motorista o tivesse feito propositadamente, às ordens dos espões? Bukarine esboçara em 1918 uma conspiração para afastar Lenine do poder? Daí até “*tentativa de assassinar Lenine*”, qual era a diferença?

Assim, a organização mal articulada dos opositoristas em pânico foi *completada* com minúcia implacável até tomar as dimensões de uma máquina terrorista eficiente, conduzida a partir do exterior por Trotsky e paga pelo dinheiro dos nazis.

Sobretudo Trotsky tinha que ser definitivamente *queimado* como um “superespião”. À primeira vista, dir-se-ia que não era difícil demonstrar que esse “bolchevique-leninista”, como ele gostava de se rotular, apenas continuava a sua carreira de talentoso social-democrata de esquerda, perito em combinar análises argutas e demolidoras com soluções reformistas e manobras mais do que ambíguas. Mas uma crítica de princípios a Trotsky já não estava ao alcance dos

stalinistas por que iria ferir ao vivo as suas próprias contradições: o mais expedito era classificar as desesperadas iniciativas de Trotsky como espionagem.

No esforço para apresentar provas convincentes dos crimes, os acusadores não se apercebiam do quadro tenebroso que por vezes revelavam do próprio regime. Foi assim que Iagoda, vice-chefe da polícia preso como cúmplice do “centro terrorista”, confessou em tribunal que teria forçado médicos seus subordinados a envenenar e assassinar diversas pessoas (entre as quais Máximo Gorki) e que teria colocado espíões em postos-chave, porque “*sendo eu chefe do NKVD, ameaçava de morte os que não me obedecessem*”!

E à medida que a engrenagem das denúncias rodava, tornava-se mais difícil de controlar. Executavam-se pessoas falsamente acusadas por vingança, ou denunciadas apenas pelo desejo de demonstrar vigilância e fidelidade ao regime; executavam-se depois os caluniadores porque tinham acusado vítimas inocentes; e executavam-se polícias por terem participado em crimes e saberem demais. Entretanto, faziam-se aprovar sob coacção moções “unânicas” em assembleias de trabalhadores aplaudindo a repressão. Até que o próprio lejov teve que ser *depurado* para deter o *carroussel* do terror.

A luta para manter o regime em equilíbrio entre as pressões opostas do proletariado, dos camponeses e dos quadros desembocava no arbítrio. Por fim, esse enorme aparelho regulador do “socialismo” acabou por ser absorvido, passo a passo, pela força social dominante, os quadros, e posto ao seu serviço para a estruturação plena de um capitalismo de novo tipo.

9. A TEORIA DOS ESPIÕES

“*Na pessoa dos trotskistas e zinovievistas o fascismo encontrou servidores fiéis*”, comentava a *História do Partido Bolchevique* no balanço dos processos. “*O poder dos soviets castiga com mão de ferro este refugio do género humano, reprime-os implacavelmente como inimigos do povo e traidores à pátria*”.

Os oposicionistas eram pois e apenas elementos degenerados que, por avidez de poder e de dinheiro, se tinham posto a soldo do imperialismo – logo, “*escória*” à margem da sociedade e não portavozes de qualquer corrente de classe hostil. Ia longe o ano de 1930, quando se compunham nomes de partidos e plataformas políticas para enquadrar os réus. Agora nem a categoria de opositores políticos podiam ter – eram a escumalha da sociedade.

Na realidade, que oposição política podia haver numa sociedade que, por definição, era constituída apenas por “classes amigas”? Os conflitos que surgiam só podiam ter uma fonte externa – os réus tinham que ser forçosamente espiões e assassinos, estranhos à sociedade soviética.

Staline pôde assim constatar em 1939, no final da macabra limpeza: “*Já não há ninguém a reprimir. Trata-se apenas de castigar alguns criminosos ao serviço do imperialismo*”. Afinal, até numa sociedade perfeita como era a União Soviética, não se podia impedir que surgissem elementos degenerados...

Esta teoria obrigava a forjar processos, mas era a única que garantia coerência ao sistema político. Se o socialismo estava em risco de ser derrocado pela infiltração de espiões ao mais alto nível, então o reforço do aparelho de Estado, do centralismo e dos poderes da polícia era a questão decisiva para a consolidação do socialismo. Engels (para não citar Marx e Lenine) enganara-se ao prever a gradual redução dos poderes do Estado sob o socialismo.

Por outro lado, se os espiões recorriam a pseudocríticas políticas para criar terreno favorável à sua acção de sabotagem, então era preciso que todos estivessem atentos às vozes críticas, porque podiam ter um espião por detrás. O mais seguro, para “não dar o flanco à provocação”, era cortar cerce com quaisquer críticas, denunciar os críticos, confiar cegamente no partido e em Staline. A “guerra aos espiões” deu assim um poderoso impulso à monolitização integral do partido e do Estado.

A liquidação dos opositoristas como espiões nazis tinha ainda outra vantagem: demonstrava à Inglaterra, França e Estados Unidos a disponibilidade da União Soviética para uma luta comum contra o expansionismo de Hitler. O acolhimento favorável que tiveram os processos em largos meios do Ocidente mostrou que a mensagem fora captada. E deu base, depois do ziguezague brutal da capitulação de Munique e do pacto germano-soviético, à aliança antifascista durante a guerra.

A teoria dos espiões foi apenas uma entre as muitas manipulações arbitrárias dos factos, para *baterem certo* com o edifício ideológico construído pelo stalinismo. Para manter a ficção de um “poder operário e camponês” e negar a evidência da ascensão social dos quadros ao lugar de um nova burguesia de Estado, era necessário *reconstruir* o marxismo-leninismo de alto a baixo. A teoria stalinista da manutenção do Estado mesmo sob o comunismo foi o fecho da abóbada da luta contra os *espiões*.

10. O MISTÉRIO DAS CONFISSÕES

A confissão dos crimes por parte dos principais réus, na presença do público e de correspondentes de imprensa e embaixadores estrangeiros, era a arma definitiva da acusação. Se estivessem inocentes, o que os impediria de o dizer, em vez de fazerem relatos circunstanciados dos seus actos criminosos?

Aqui não basta invocar as torturas (que nem todos sofreram), ou as promessas de perdão, ou a ameaça de represálias sobre as famílias. A causa de fundo era política.

A oposição descobria em 1936 que o seu projecto ruíra como um castelo de cartas. Apostara na falência inevitável da “revolução a marchas forçadas” e predissera a ruína da economia e o caos social, mas deparava com um país em progresso impetuoso, com um povo que finalmente saía da miséria e da ignorância. Denunciara Staline como o “coveiro da revolução” e encontrava-o rodeado de prestígio e do carinho autêntico do povo. Deixara-se seduzir pela agudeza das críticas de Trotsky e via-o transformado em colaborador da social-democracia, inventor de uma “IV Internacional” fantasma, dirigida contra a União Soviética. Mentira dúzias de vezes proclamando fidelidade a Staline e era desmascarada no seu jogo duplo. Deixara-se enredar em cumplicidades com gente desclassificada e ficara na vizinhança de contra-revolucionários autênticos.

E tudo isto acontecia no momento em que se adensava dramaticamente a iminência de um ataque externo contra esse novo regime “socialista” que tinham combatido. O pacto anti-Comintern, o ataque japonês à China, a sublevação fascista em Espanha, anunciando a guerra mundial e um assalto imperialista contra a União Soviética, faziam-nos sentir-se degradados ao papel de “quinta coluna” de Hitler.

Este era o lugar em que tinham vindo a colocar-se objectivamente, fossem quais fossem as suas intenções – diziam-lhes os interrogadores ao longo de semanas e meses. Iam persistir nessa traição negando tudo, ou teriam um último acto favorável à revolução, confessando? E se era necessário arrepender-se, que diferença fazia confessar mesmo aquilo que não tinham feito?

“Confessa as suas actividades de espionagem?” – perguntava Vichinsky a um dos réus. “De facto, não valho mais do que um espião”. O essencial era a culpa política, o resto eram *detalhes*.

Assim, as confissões dos acusados e os seus hinos de louvor aos êxitos do socialismo soviético e ao seu chefe Staline não foram

forçosamente o rastejar abjecto de presos quebrados pela tortura e pelo medo da morte. Foram, pelo menos para muitos, a rendição ideológica de quem se sentia esmagado pelo ódio do seu próprio partido, pelo desprezo do seu próprio povo, e não queria morrer no campo do inimigo. “Quando nos perguntamos: se morreres, morres em nome de quê? – aparece de súbito diante de nós um abismo negro”. As últimas palavras de Bukarine em tribunal são eloquentes.

Na perspectiva histórica, verificamos hoje que as confissões de Moscovo exprimem o impasse a que chegara a revolução russa e o próprio marxismo. Ninguém sabia como criticar pela esquerda o terrorismo de Staline. Mesmo os seus adversários sentiam que continuar a combatê-lo iria servir o imperialismo.

O regime nascido da revolução de Outubro já nada tinha a ver com a ditadura do proletariado. Mas o prestígio das suas origens e o poderio do seu sistema nacionalizado projectavam-no como uma ameaça para a burguesia imperialista e uma bandeira revolucionária para o proletariado e os povos oprimidos. Essa seria ainda durante duas décadas a base para a adesão popular a Staline.

11. STALINE – A TRANSIÇÃO

A explosão de terror dos anos 30 na União Soviética não foi a loucura sanguinária dos comunistas entredevorando-se na disputa do poder que nos pinta a propaganda burguesa; nem um desvio accidental (e incompreensível) na marcha do socialismo, como nos tentam convencer os revisionistas modernos; muito menos um exemplo positivo de justiça proletária, como defende aberrantemente a chamada corrente marxista-leninista.

Os processos de Moscovo surgem-nos como o culminar de uma convulsão revolucionária que se desenvolveu na URSS na passagem dos anos 20 para os anos 30. Convulsão revolucionária **burguesa** nascida sobre o estrangulamento da revolução proletária e do poder dos soviets. Fechado o caminho para o socialismo pela fraqueza do proletariado e pela vitalidade da pequena burguesia (e também pela ausência de revoluções proletárias na Europa, ainda em fase embrionária), os bolcheviques encontraram-se numa *terra de ninguém*. Já não podiam refazer a ditadura do proletariado e queriam impedir a restauração da ditadura da burguesia.

A contradição essencial do stalinismo resume-se nessa sua situação intermédia: depois de ter feito demasiadas concessões à

pequena burguesia durante a NEP e de ter feito perder ao partido o carácter de vanguarda revolucionária do proletariado, Staline tentou liquidar a pequena burguesia e assegurar a passagem ao socialismo à custa de uma concentração inaudita de poderes. Assim paralisou todas as potencialidades revolucionárias do proletariado e reforçou o campo para o renascimento da burguesia.

Quanto mais se afiavam as armas defensivas do Estado “socialista”, mais ele se ia destacando como um poder acima da sociedade, mais se transformava numa armadura sob cuja protecção medrava de novo a burguesia, metamorfoseada em *comunista*. A pequena burguesia, perseguida e exterminada em 1930, renascia das cinzas sob a forma dos directores e quadros vermelhos.

O poder de aço que tomou sobre si a tarefa de dar o socialismo ao povo, como se pairasse acima das classes, acabou por servir de berço a uma nova e imprevista burguesia de Estado sob cores socialistas.

Staline foi o ideólogo e condutor político dessa dolorosa transição da Rússia soviética e internacionalista de 1920 para a URSS capitalista e social-imperialista dos anos 50. Como representante de um período transitório, contraditório, era-lhe impossível compreender o conteúdo de classe da transformação que liderava. Reprimia indiscriminadamente kulaks, quadros, operários, dirigentes do partido, para manter o rumo em direcção ao que considerava ser a meta socialista – uma economia nacionalizada. Lutava contra a esquerda e contra a direita, buscando desesperadamente a passagem de saída para a sociedade sem classes. Mas ao fim do túnel encontrava-se de novo a burguesia.

A ideologia stalinista retrata esta natureza social dupla e contraditória do grupo dirigente bolchevique nos anos 30. A sua face crítica, feita com restos de marxismo, combina-se com uma face conservadora, defensora dos privilégios da hierarquia, amparada a um nacionalismo renascente.

Morto Staline, bastou aos Kruchov e Brejnev dar um passo mais em frente para proclamarem o programa do revisionismo. Talvez isto explique porque precisou a nova burguesia soviética de começar por renegar Staline para hoje voltar lentamente a incorporá-lo como seu herói nacional. Fossem quais fossem as suas intenções e os seus excessos, ele ficou como o precursor do capitalismo de Estado na URSS.

(Política Operária, 7 - Dezembro de 1986)

BUKARINE, O PERCURSOR

Vítima de um processo forjado, Bukarine ressurge como arauto de “socialismo de rosto humano”. Mas a sua alternativa conduzia à contra-revolução.

1

Meio século depois de ter sido condenado e fuzilado como chefe de um bando de espíões e sabotadores ao serviço do imperialismo, Bukarine acaba de ser formalmente reabilitado pelo Supremo Tribunal de Moscovo. As acusações contra ele formuladas eram falsas, as “provas” forjadas. Tudo se resumiu a uma monstruosa maquinação para dar cobertura à sua eliminação política.

A luta que opôs Bukarine a Staline volta assim a primeiro plano. E embora as autoridades soviéticas tenham o cuidado de sublinhar que a reabilitação é apenas judicial e Gorbachov tenha recapitulado, nas comemorações de 7 de Novembro, os “erros de Bukarine”, parece fora de dúvida que **o processo da sua reabilitação política está em marcha.**

O que é perfeitamente lógico. No momento em que os responsáveis da URSS procuram relançar o crescimento económico combinando a planificação com o mercado, o sector estatal com um renascido sector privado, e libertando a sociedade da canga estagnante de uma burocracia *monolítica*, as ideias de Bukarine ganham nova actualidade.

Bukarine defendia a necessidade da cooperação harmoniosa entre as grandes empresas estatais e os pequenos produtores; avisava que o perigo de degeneração do socialismo não vinha tanto da prosperidade da pequena burguesia como do “*super-monopolismo de Estado*”, que acabaria por asfixiar a concorrência e o crescimento das forças produtivas; batia-se pela liberdade de criação e de discussão, pela paz civil, pela tolerância; no plano internacional, punha em dúvida a proximidade da revolução nos países imperialistas, propunha a colaboração a longo prazo dos partidos comunistas com a social-democracia e apostava no apoio às revoluções nacionais dos países dependentes.

Como poderia ele hoje não surgir aos dirigentes da URSS como um precursor dotado de clarividência quase profética?

Naturalmente, admitem, Staline tinha *mais razão* em 1930, porque a criação acelerada da grande indústria e a colectivização agrícola eram a condição da sobrevivência da URSS face à iminência da guerra mundial. Mas muitas desgraças teriam sido evitadas se o stalinismo tivesse sido desde início temperado com um pouco de bukarinismo e sobretudo, se lhe tivesse cedido a primazia depois de cumpridas as tarefas prementes da edificação económica.

Passar de Bukarine a Staline e de Staline a Bukarine parece ser o destino dos partidos que ao longo deste século tomaram a cabeça das revoluções proletárias em países atrasados. É como se o leninismo, de que todos se reivindicam, se tivesse bifurcado em duas alternativas extremas, cada uma delas incapaz, só por si, de fornecer a solução para o problema da construção da nova sociedade, mas ambas captando aspectos essenciais.

Mao Tsé-tung foi talvez o dirigente que mais longe levou a tentativa de fundir num sistema único as ideias contraditórias de Staline e de Bukarine, mas o fracasso da revolução cultural retirou à sua “nova via” o crédito internacional de que chegou a desfrutar. E hoje, na URSS como na China, na Europa Oriental ou no Vietname, pode dizer-se que a escola bukarinista ascende vigorosamente. Bukarine vai ter finalmente a oportunidade de mostrar o que vale, 50 anos depois de ter sido caluniado e fuzilado.

Se para nós é certo que daí não sairá mais socialismo do que saiu da via stalinista, nem por isso deixamos de considerar positiva a experiência. Quando as duas teorias tiverem feito a prova da prática será mais fácil compreender porque é que ambas são incapazes de romper os marcos do capitalismo, melhores condições haverá para o marxismo-leninismo sair do dilema em que foi aprisionado há meio século.

2

Para os PCs do Ocidente e para todos os “marxistas” mais ou menos social-democratas que lhes estão próximos, a opção está feita de há muito, mesmo que não se declarem expressamente seguidores de Bukarine. O stalinismo aparece-lhes como uma colossal perversão totalitária, que veio interromper brutalmente a marcha da União Soviética em direcção a um socialismo “de rosto humano” e fazer a história recuar de vários decénios.

As “aberrações” que apontam a Staline, na passagem dos anos 20 para os anos 30, têm sido largamente catalogadas em livros de história, manuais, revistas, e podem enumerar-se assim:

- Staline tinha a ideia fixa de que uma edificação económica independente só poderia repousar sobre o crescimento “a marchas forçadas” da indústria pesada, sem olhar aos custos humanos que isso acarretaria;
- Staline alimentava uma convicção “maníaca” de que a luta de classes se intensificaria à medida que a União Soviética avançasse em direcção ao socialismo, o que o levou a criar um clima de exasperação desnecessária dos conflitos no país;
- Staline desprezava os camponeses, em que via pequenos capitalistas em germe e que tratou de “reeducar” brutalmente pela colectivização forçada; rejeitava de facto as ideias de Lenine sobre a aliança operário-camponesa;
- Staline quis descobrir um imaginário “terceiro período” na luta de classes internacional, propício a novas explosões revolucionárias, eliminando em consequência como “direitistas” os dirigentes comunistas que não aceitavam esta tese;
- Staline acusou caluniosamente a social-democracia de ser uma “reserva” e “irmã gémea” do fascismo, e com isto tornou-se responsável pela divisão da classe operária alemã e pelo ascenso do nazismo;
- Staline reduziu o marxismo a um amontoado de fórmulas estereotipadas e dogmáticas, ao serviço do seu voluntarismo cego, que asfixiou toda a vida interna do partido bolchevique;
- Staline tinha um carácter dúplice e desconfiado, que o levou a suprimir por meios bárbaros todos os opositores e a mergulhar a União Soviética num regime de terror.

Todas estas acusações foram feitas no seu tempo por Bukarine. De modo que adquire agora um interesse renovado, no momento da sua reabilitação, recordar as críticas que fazia, as soluções que propunha, os interesses que defendia e as condições em que foi desalojado do poder. Deste confronto resultará talvez mais claro que nem Staline era um demónio nem Bukarine um santo, como tende a crer a democracia pequeno-burguesa. E que, se o stalinismo fracassou na sua tentativa desesperada de edificar uma URSS socialista, o bukarinismo preparava um desastre de iguais ou maiores proporções.

3

Em 1926, o regime soviético, sob a direcção partilhada de Bukarine e Staline, demonstrava com brilho a viabilidade da nova organização social fundada pela revolução. Deixando para trás a miséria e o

caos provocados pela intervenção estrangeira e pela guerra civil, a URSS afastava definitivamente o espectro da catástrofe económica, recuperava o nível produtivo de antes da guerra e tomava o caminho da prosperidade.

A propaganda antibolchevista dos meios imperialistas já não conseguia esconder o sucesso da experiência soviética. Subia o nível de vida das massas, consagravam-se direitos até então desconhecidos para a classe operária, faziam-se progressos espectaculares no campo da saúde, da educação, da libertação da mulher. Havia ainda pesadas sequelas da guerra civil — desemprego, prostituição, delinquência juvenil — mas estavam em vias de ser reabsorvidas.

A nova cultura soviética vivia uma autêntica “idade do ouro”, de impacto mundial. No cinema, na literatura, no teatro, na arquitectura, floresciam as escolas e as realizações de vanguarda.

O regime não tinha nada da pesada uniformidade que tornou mais tarde. A ditadura política do Partido Bolchevique não excluía uma grande liberdade de expressão, dentro e fora do partido, e a participação de muitos não-bolcheviques em órgãos superiores do Estado. Nos soviets, onde se tinham realizado eleições livres, os comunistas eram uma reduzida minoria.

Esta sociedade dinâmica, cheia de diversidade mas harmoniosa, era obra da NEP, instituída em 1921 sob a direcção de Lenine. Combinava um forte sector estatal com uma vasta rede de cooperativas de comércio e consumo e com a liberdade controlada para os pequenos produtores e comerciantes. Conseguira-se que o novo regime instituído pela insurreição operária fosse adoptado pela massa dos camponeses, pela intelectualidade e os empregados, por grande parte da pequena burguesia — era uma verdadeira democracia popular.

Não era de estranhar por isso a derrota das últimas resistências dos oposicionistas “de esquerda”, que apontavam deformações e perigos, mas não tinham nenhuma alternativa real a oferecer para a via da NEP.

4

Bukarine atingia então o auge da influência e popularidade. As suas capacidades teóricas tinham-no elevado a chefe de uma corrente de pensamento que dominava no partido e no Estado. Tinha grande autoridade no Bureau Político, onde contava com o apoio de Rikov, o chefe do governo, e de Tomsy, líder da organização sindical. Os bukarinistas tinham as posições-chave na imprensa central e no aparelho ideológico do partido, assim como nos órgãos econó-

micos centrais. O comité de Moscovo do partido era completamente dominado pelos seus apoiantes.

Ao ser designado para a direcção da Internacional Comunista em substituição de Zinoviev, Bukarine passou a dispor de poderes vastíssimos, no plano interno e internacional, para levar à prática as suas ideias.

Depois que ultrapassara as suas teses “ultra-revolucionárias” desesperadas de 1918, quando entrara em conflito com Lenine a propósito da paz de Brest-Litovsk, Bukarine adaptara o seu pensamento às condições de isolamento da revolução russa. Fortalecera-se na convicção de que não havia alternativa para a integração lenta e gradual da pequena economia camponesa no socialismo: a NEP era o “*Brest-Litovsk camponês*”.

Mais: a NEP surgia-lhe agora, não como um compromisso de recurso, mas como uma política a longo prazo, a forma particular e original da ditadura do proletariado nas condições da Rússia atrasada, a transição segura para o socialismo.

Concluía que o crescimento em direcção ao socialismo seria um longo processo de decénios, conseguido pela paz civil sob direcção do proletariado, pela competição pacífica entre o sector estatal e o sector privado, em que o primeiro se imporia gradualmente pela própria superioridade que lhe dava a organização centralizada. O capitalismo seria batido no seu próprio terreno, como dissera Lenine, sem necessidade de supressão violenta.

Tratava-se, dizia Bukarine, de “*ultrapassar o mercado através do mercado*”, mesmo que isso implicasse construir o socialismo “*a passo de tartaruga*”.

Que perigos principais ameaçavam esta via? Para Bukarine, o perigo de falhar existiria se não se fizesse uma combinação tolerante e harmoniosa dos interesses privados com o interesse geral, e não se soubesse pôr os camponeses, os artesãos, mesmo a burguesia, ao serviço do projecto de industrialização socialista.

E aos que o acusavam de “neopopulismo”, de idealizar a NEP, de substituir a revolução pelo evolucionismo, Bukarine retorquia que a sua perspectiva nada tinha de reformista porque assentava nas conquistas da revolução. Os bolcheviques detinham as alavancas do poder – era isso que abria possibilidades ilimitadas de evolução gradual, pela “*extinção progressiva da luta de classes*”.

Nos camponeses, que constituíam a esmagadora massa da população, via a pedra de toque do regime soviético. “*Sob a direcção do proletariado, o campesinato tornar-se-á – está já a tornar-se – a grande força*”

libertadora da nossa época". O desenvolvimento industrial promovido pela Estado tinha que ser ligado à prosperidade dos camponeses e à expansão do mercado rural. Os planos "hiperindustrialistas" da oposição pareciam-lhe aberrantes, porque encaravam o campesinato como uma espécie de carne de canhão numa guerra entre o proletariado e a burguesia. Os opositoristas, acusava, queriam romper a aliança operário-camponesa e isso levaria a revolução ao desastre, ao suicídio.

Mas defender a liberdade sem peias para a economia camponesa era defender a pequena burguesia. Em 1925, no calor da polémica, Bukarine teve a frase que mais tarde viria a ser-lhe dirigida como acusação: *"É preciso repetir a todas as camadas do campesinato: enriquecei, acumulai, desenvolvei a vossa economia"*.

5

A NEP trazia no bojo dos seus êxitos os factores de uma grande crise e era nos campos que ela se gerava. O equilíbrio de classes conseguido não era estável e o seu dinamismo próprio conduzia à sua ruína. Tudo se resumia a isto: o sector privado revelava maior vitalidade e crescia mais aceleradamente do que o sector estatal. A pequena burguesia, insaciável, reclamava sempre mais e a classe operária não tinha força para lhe opor formas socialistas eficazes. A "guerra de posições" da NEP estava em risco de ser perdida, tal como fora perdido o assalto frontal do "comunismo de guerra".

Primeiro foram as concessões iniciais de 1921: a requisição estatal de cereais fora substituída por um imposto, para interessar os camponeses no cultivo das terras; autorizara-se o reaparecimento do capital privado; numerosas empresas tinham sido desnacionalizadas e devolvidas aos antigos proprietários.

Três anos depois, perante as más colheitas e o descontentamento dos camponeses, foi necessário alargar as concessões. Reduziram-se os impostos agrícolas e a intervenção do Estado nos preços do trigo, levantaram-se entraves administrativos à liberdade de comércio, alargaram-se os prazos de arrendamento das terras, legalizou-se o emprego de trabalho assalariado mesmo fora da época das colheitas.

Mas tudo continuava em questão. A realidade da NEP saía para fora dos limites traçados na lei com força indomável. Dizia-se que a reforma agrária fizera da Rússia um país de camponeses médios, firmes aliados do proletariado, mas a influência dos camponeses ricos, dos *kulaks*, tornava-se determinante nas aldeias, no comércio, nos soviets. Só eles dispunham de gado em abundância, de máquinas

agrícolas, de capital. As cooperativas de comercialização tornavam-se na prática um veículo do seu enriquecimento. Em muitos casos, os camponeses pobres e médios eram obrigados por falta de meios a dar as terras de renda aos ricos, a trabalhar à jorna para eles, a alugar-lhes o gado. Assim, se os *kulaks* eram apenas 3% das famílias do campo, eles vendiam ao Estado 20% do total do trigo comercializado, ocupando um lugar-chave na economia.

Além disso, os comerciantes privados, que pagavam os produtos agrícolas a melhor preço do que os organismos estatais, já detinham mais de um terço do volume dos negócios no comércio a retalho e alimentavam a especulação e a corrupção. Os *nepmen* enriqueciam, ganhavam influência nos órgãos do poder soviético, tornavam ilusórios os planos do partido.

A democracia popular soviética revelava-se menos estável e harmoniosa do que supunha Bukarine. Preparava-se nela uma prova de força. **O controlo a que se sujeitava a economia de mercado tinha que ser levantado, como reclamavam os novos burgueses, ou drasticamente reforçado.** Esta a realidade social que geralmente omitem ou minimizam os que discutem as alternativas de Bukarine e Staline como se elas fossem um debate entre ideologias e não a expressão de uma luta de classes acesa que já não consentia mais meios-termos.

A prova de força que fora lançada contra a pequena burguesia não tinha porém outra alternativa senão desdobrar-se em medidas cada vez mais violentas para lhe quebrar a resistência, justamente porque não dispunha de um forte sector operário socialista que lhe servisse de apoio. A tendência irreprimível dos stalinistas, para não perder a batalha, era recorrer aos meios repressivos do estado numa escala cada vez mais vasta. A “grande viragem” ia varrer tudo à sua frente.

6

Uma grande crise fermentava na política internacional, sob a aparência enganosa da estabilização do capitalismo, mas também aqui Bukarine não se apercebia dela.

Assumindo a chefia da IC, Bukarine deu novo desenvolvimento às concepções já antes elaboradas por Zinoviev. Em sua opinião, a estabilização do capitalismo não devia ser vista como um fenómeno passageiro mas como o produto de alterações estruturais geradas pela concentração e centralização dos capitais. O capitalismo imperialista conseguia aquilo que parecia impossível – *“racionalizar os elementos irracionais que contém”*.

Este retorno às suas teses de 1915/16, em que previra que as capacidades organizadoras do “capitalismo colectivo” fariam evoluir o sistema para uma etapa de capitalismo de Estado, implicava de facto a ideia de que a burguesia conseguiria superar as crises cíclicas e as convulsões nos países imperialistas. Queria isto dizer que Marx se enganara?

Bukarine tinha uma resposta para esta objecção. Sem dúvida, admitia, a anarquia e as contradições inerentes ao sistema persistiam, mas tinham-se transferido para um plano incomparavelmente mais vasto e manifestavam-se agora nas relações entre os centros imperialistas e os países coloniais e dependentes. E usou pela primeira vez a imagem dos países avançados como as “cidades” mundiais e as colónias como os “campos”. Era a partir desses “campos” miseráveis que a revolução mundial teria a sua nova onda.

Isto implicava duas conclusões políticas de grande alcance para a orientação dos partidos comunistas. Nos países imperialistas, devia considerar-se afastada a perspectiva de conflitos sociais violentos; os comunistas deveriam concentrar esforços em superar a *“tragédia da divisão da classe operária”*, lutar por uma frente comum com a social-democracia, dado que ela mantinha sólida implantação no movimento operário e sindical. Acordos a nível de direcção com os partidos social-democratas eram vigorosamente defendidos por Bukarine, que exigia que se pusessem de parte velhos complexos “esquerdistas”. Mesmo depois que a clamorosa traição dos chefes trabalhistas ingleses à greve geral de 1926 desencadeou uma onda de críticas à sua linha, Bukarine manteve-a sem vacilação.

Quanto aos países coloniais e semi-coloniais, defendia uma ruptura com o que considerava velhos preconceitos “esquerdistas”. O atraso do capitalismo nesses países obrigava os comunistas a uma política muito ampla de alianças que os projectasse como força preponderante do movimento nacional-revolucionário. A resistência às frentes unidas com as pequenas burguesias e as burguesias nacionalistas parecia-lhe um sectarismo suicida. E dava como exemplo o espectacular crescimento do PC da China, por se manter flexivelmente integrado no Kuomintang e ter derrotado o “esquerdismo” nas suas fileiras.

7

Em 1927/28, todo o sistema de ideias políticas que Bukarine edificara, à frente do Partido Bolchevique e da IC, sofreu um rude abalo, que marcou o começo do fim da sua autoridade como principal teórico do bolchevismo.

A derrocada do bukarinismo começou precisamente na China, onde o massacre de milhares de comunistas na Primavera de 27 lançou por terra as suas perspectivas optimistas sobre a marcha gradual da revolução chinesa sob a direcção do Kuomintang. Tentou ainda, com o apoio de Staline, salvar a aliança dos comunistas com uma fracção de “esquerda” do Kuomintang mas em breve foi forçoso reconhecer aquilo que lhe parecera uma aberração inventada pelos “esquerdistas”: a burguesia nacional atraía a luta pela sua própria emancipação e não hesitava em aliar-se ao imperialismo para esmagar a classe operária. Toda a política das frentes unidas estava posta em causa.

No Verão, começou a tornar-se claro que se caminhava para nova crise na frente agrícola, com os *kulaks* a tomar a direcção dos camponeses médios e a fazer novas exigências. A oposição, que já desde a colheita anterior começara a alertar para a “*greve dos kulaks*”, redobrou nas críticas acerbas a Bukarine, Rikov, Tomsy, esses “*nepistas a 150%*”, que insistiam em sonhar com uma sociedade de harmonia quando se desenhavam grandes confrontos de classes.

No Outono, começou a viver-se uma atmosfera de crise no país e na direcção do partido. Com os desaires na frente internacional, com as reservas de cereais do Estado reduzidas a menos de metade do ano anterior, com as manobras ameaçadoras das grandes potências ocidentais, surgia em primeiro plano a urgência de pôr termo à política de concessões, de reforçar o poder económico do Estado e de avançar por qualquer meio na industrialização, como base de uma indústria de defesa eficaz.

O 15º congresso do partido, em Dezembro desse ano, iniciou a ruptura da aliança que ligava Staline a Bukarine. Muitos que até aí tinham apoiado as teses de Bukarine começaram a demarcar-se dele, Staline em primeiro lugar. Para lançar finalmente as bases da indústria pesada, era preciso ir buscar o dinheiro à burguesia e minar a influência dos *kulaks* pelo apoio às cooperativas de produção agrícola. Adiar por mais tempo medidas radicais seria abrir as portas à fome, à contra-revolução ou ao esmagamento da União Soviética na guerra que se desenhava.

Bukarine viu-se forçado, pela evidência dos factos e pelo receio de perder o apoio no CC, a concordar com as “*medidas extraordinárias contra os especuladores*” propostas por Staline: confiscação das reservas de cereais escondidas, agravamento dos impostos sobre a pequena burguesia, vigilância sobre a negociação clandestina de terras, limitação do trabalho assalariado e da duração dos arrendamentos, restrições aos direitos eleitorais dos *kulaks* nos organismos de aldeia.

Um mês depois, já protestava, apoiado por Rikov e Tomsky, contra os excessos e violências cometidos na aplicação da lei, que atingiam em muitos casos os camponeses médios. Ao longo de 1928, os três travam a sua batalha perdida em defesa da NEP. Tentam demonstrar que *“por muitos anos ainda o abastecimento em cereais dependerá da economia camponesa privada”* e que a ideia de cobrir o país com uma rede de quintas colectivas é um sonho insensato que conduzirá na realidade à *“exploração militar e feudal do campesinato”*; aceitam o projecto de industrialização e planificação da economia, mas pretendem que se desenvolvam a um ritmo *“razoável”*, deixando algum espaço ao jogo do mercado; reconhecem que há um perigo de direita a combater, mas alertam contra a tendência para o arbítrio.

8

Assim se tornou Bukarine, *“o mais eminente teórico do partido”* no dizer de Lenine, no representante político da pequena burguesia da NEP em luta pela sobrevivência.

A evolução parece tão absurda aos *“marxistas democráticos”* do nosso tempo que a atribuem a invenção malévola de Staline e procuram fazer crer que Bukarine se situava na linha de continuidade do leninismo *“autêntico”*, apresentando para esse efeito diversos escritos de Lenine dos anos 1921/22. Não tomam em conta que Lenine se pronunciou sobre os passos iniciais da NEP e não pode ser chamado como testemunha na luta que se travou mais tarde. E omitem que, batendo-se pela adopção da NEP como único recurso de sobrevivência do regime soviético, Lenine nunca deixou dúvidas sobre a concessão que representava.

Já em 1918, poucos meses depois da revolução, intervindo na polémica que se gerara em torno dos perigos do capitalismo de Estado, Lenine tocara no fundo da questão:

“Não é o capitalismo de Estado que está em luta com o socialismo, mas a pequena burguesia e o capitalismo privado que lutam, lado a lado, simultaneamente contra o capitalismo de Estado e contra o socialismo. A pequena burguesia opõe-se a qualquer intervenção da parte do Estado, a qualquer inventário, a qualquer controlo, quer emane de um capitalismo de Estado ou de um socialismo de Estado”.
(Oeuvres, tomo 27, p. 351).

Esta era a raiz do conflito que viria a explodir em 1927. Que os actuais bukarinistas não a consigam divisar, nada tem de estranho.

Quando está em jogo a perda das conquistas revolucionárias e a recuperação do capital, os ideólogos da pequena burguesia tendem sempre a considerar os perigos da reacção burguesa como imaginários, descobrem sempre novas razões para “ter esperança”, opõem-se a tudo o que restrinja o campo de acção da burguesia.

Era o que se passava com Bukarine e por isso a resistência pequeno-burguesa se polarizava à sua volta. Em pouco tempo, os *kulaks* e comerciantes, os funcionários que deles dependiam, os quadros técnicos não-bolcheviques, os burocratas do aparelho sindical, aperceberam-se do alcance da polémica que opunha Bukarine a Staline e tomaram partido pelo primeiro.

Bukarine tornou-se contra sua vontade o porta-voz da pequena burguesia. O seu desabafo com Kamenev em 1928 é eloquente : *“Se nós dizemos – este homem conduz o país à fome e à ruína, ele responde – vocês defendem os kulaks e os nepmen “.*

O mesmo aconteceu quando a luta de tendências que se travava no Partido Bolchevique se alargou à Internacional Comunista. As teses de Bukarine sobre a estabilização *estrutural* do capitalismo, de colaboração com a social-democracia e com as burguesias nacionalistas, tinham levado aos lugares cimeiros da organização e dos partidos comunistas os elementos mais propensos ao reformismo.

E à medida que se definiam os contornos do novo período, marcado pela grande crise, pelo ascenso do fascismo, pelo papel reaccionário da social-democracia, pela traição da burguesia chinesa, pela preparação acelerada de nova guerra mundial imperialista, revelava-se o carácter direitista dos bukarinistas da IC. Brandler, Talheimer, Ewert, Lovestone, Togliatti, Droz, Tasca, não tinham outra resposta para a nova situação a não ser alargar a política da *“concessão permanente”*, para tentar a todo o preço ganhar alianças do lado da pequena burguesia.

Por isso, se a viragem imposta por Staline na IC a partir de Julho de 1929 devesse ser responsabilizada pelos desastres posteriores, como pretende o actual anti-stalinismo de direita, cabe perguntar quais teriam sido as consequências para o movimento operário internacional se tivessem levado a melhor os partidários de Bukarine.

Staline não errava quando afirmou, no decurso da polémica: *“Se o desvio de direita triunfasse no nosso partido, nada deteria as forças do capitalismo; as posições revolucionárias do proletariado seriam minadas e o capitalismo poderia voltar a instaurar-se no nosso país”.*

E contudo, Bukarine também tinha a sua parte de razão. A história demonstrou-o. Quando insistia que o perigo de degeneração do socialismo não vinha apenas do lado da pequena burguesia e entrevia no horizonte a ameaça de uma burocracia todo-poderosa que poderia afogar a ditadura do proletariado, ele antecipava o que veio a suceder sob Staline.

Num ponto a sua lógica era inatacável: o salto prodigioso para o socialismo que entusiasmava os stalinistas, não estando reunidas as condições económico-sociais necessárias, só poderia ter como resultado a elevação da casta de administradores a uma nova classe dirigente, reinando despoticamente sobre toda a sociedade. A revolução soviética evitaria o derrubamento contra revolucionário mas conheceria uma degenerescência trágica, desembocando num Estado policial sem precedente histórico.

Também não o convenia a ideia de que, mediante o preço da centralização absoluta de poderes, se poderia assegurar uma verdadeira explosão das forças produtivas e encontrar de algum modo o caminho para o socialismo: o “supermonopólio de Estado” acabaria por arrastar, mais cedo ou mais tarde, a *“decadência inerente a este tipo de estrutura”*.

Foi o que na realidade aconteceu. Depois de ter criado uma economia “socialista” moderna à custa de uma tremenda repressão na qual foi aniquilada a pequena burguesia mas também o poder da classe operária, a URSS é hoje forçada a regressar à encruzilhada de 1928 e a procurar no renascimento do mercado o dinamismo de que carece a sua economia estatizada. A meio século de distância, Bukarine vingava-se de Staline. Os *nepmen* ressurgem na Rússia.

Quem tinha razão, finalmente? Hoje, instruídos pelo desastre histórico da URSS, não nos é difícil concluir que nenhum dos dois caminhos antagónicos, o de Bukarine e o de Staline, podia conduzir ao socialismo, pela simples razão de que na URSS de 1927, privada do apoio da revolução internacional a que se adiantara brilhantemente, já não havia caminho para o socialismo. O retorno à via da acumulação capitalista, pela contra-revolução burguesa, ou pela degenerescência do capitalismo de Estado, tornara-se inevitável.

Por isso mesmo, seria absurdo para os comunistas do tempo presente declarar-se herdeiros de Bukarine ou de Staline (Trotsky, que conserva os seus fiéis, representou uma variante particularmente incoerente entre as duas linhas extremas). No que respeita à experi-

ência russa, a tarefa actual dos comunistas é compreender plenamente as causas da perda da revolução. E isso passa pela denúncia da campanha pseudomarxista em curso de recuperação do bukarinismo e da via da NEP, como pretensa alternativa “leninista” ao stalinismo.

(Política Operária, 15 - Maio/Junho de 1988)

AINDA SOBRE ESTALINE

Em Outubro de 1920, discursando numa conferência de comunistas do sul da Rússia, Staline fazia um balanço optimista das perspectivas do poder soviético: a ideia inicial de que a revolução proletária não poderia manter-se na Rússia atrasada se não estalasse no Ocidente uma revolução mais profunda e avançada fora desmentida pelos factos; os soviets podiam manter-se, seguir em frente e até mesmo vir a “*servir de exemplo aos países capitalistas desenvolvidos*”; esta era uma conclusão nova do marxismo. (Staline, *A estratégia e a tática dos comunistas*, ed. Maria da Fonte, Lisboa, 1976, pp. 123-124).

Durante todo um período histórico, o movimento comunista alimentou-se desta convicção de que a Rússia atrasada estava a indicar o caminho do socialismo ao mundo. E com a nova onda de revoluções inspiradas em Outubro de 1917 que precederam e coroaram a crise da 2ª Guerra Mundial (China, Europa oriental, Coreia, Vietname), mais se fortaleceu a ideia de que o socialismo avançava precisamente pelos “*elos fracos da cadeia imperialista*”.

A revolução socialista seguia um caminho mais sinuoso do que o previsto por Marx, mas de nada servia ao imperialismo entrenchear-se nas suas cidadelas: à sua volta ia-se apertando um anel de revoluções proletárias vitoriosas nos países camponeses, capazes de passar directamente ao socialismo e de arrastar na sua esteira a vaga das revoluções de libertação nacional.

Hoje todo isso pertence ao passado. No preciso momento em que parecia atingir o auge do poderio e da influência mundial, o movimento comunista começou a declinar. A “*crise do comunismo*”, cem vezes anunciada pela burguesia, acabou por deflagrar e tem vindo a propagar-se em abalos sucessivos e crescentes, até tornar irreconhecível o panorama da luta de classes internacional.

O orgulhoso campo socialista que proclamava a derrocada próxima do capitalismo vem agora mendigar tecnologia, reconhecer as virtudes da economia de mercado, propor tréguas. Um após outro, através de convulsões variadas, os países socialistas desembocam no capitalismo, como rios que vão dar ao mar, sejam quais forem os meandros do seu curso.

Não é de estranhar que as novas nações que emergiram das lutas de libertação nacional, hoje exaustas e falidas, estejam reduzidas a suplicar à finança ocidental moratórias para pagar as dívidas.

Atribuída inicialmente a acidentes (a traição de Tito) ou a desvios ideológicos (o revisionismo de Kruchov), esta crise aparece hoje como uma crise de estrutura, tornada inevitável a prazo mais ou menos longo pela fragilidade interna de que sofria esse socialismo instaurado em países atrasados.

A vida obriga pois a reabrir a questão posta por Staline em 1920: pode realmente a revolução proletária triunfar e avançar para o socialismo em países atrasados? Ou será que o século XX foi palco de um ciclo de revoluções prematuras, condenadas pela sua própria imaturidade a ser reabsorvidas pelo capitalismo? E, nesse caso, que esperanças restam para o socialismo, uma vez que nos países avançados parece cada vez mais distante a possibilidade da revolução?

DUAS FALSIFICAÇÕES E MEIA

A dúvida, claro, não se põe aos “comunistas” da escola soviética moderna. Para esses é ponto de fé, contra toda a evidência dos factos, que a “comunidade socialista” continua a progredir vitoriosamente para o comunismo, encabeçada pela União Soviética. E se são hoje forçados a admitir que muita coisa não corresponde ao que se esperava do socialismo, defendem-se com o argumento dos atrasos e “distorções” causados pelas “violações da legalidade” por parte de Staline, pelos “desvios subjectivistas e aventureiros” de Mao, pela estagnação burocrática de Brejnev... Todo, porém, estaria agora em vias de ser corrigido.

É uma desculpa que cai no ridículo quando as novidades que diariamente chegam da tal “comunidade socialista” são as greves operárias, os conflitos nacionais e a ascensão dos novos ricos, o alargamento das leis do mercado, o lucro no posto de comando da economia, a restauração da empresa privada, o entrelaçamento com as multinacionais – tudo envolvido numa imensa vaga de ideologia burguesa e pequeno-burguesa.

Até mesmo as *provas irrefutáveis* do “não capitalismo” da União Soviética – a planificação, a inexistência de uma classe proprietária, a força de trabalho que já não era uma mercadoria... – começam a desmoralizar-se sob o choque da *perestroika*.

Décadas atrás, a URSS ou a China podiam suscitar interrogações mas perfilavam-se como sociedades novas, diferentes. Hoje, a

sua nova via *correctora* do stalinismo e do maoísmo ganha cada vez mais claramente os contornos do capitalismo.

A transformação é tão profunda que já não fazem sentido as polémicas de há vinte anos: o que se pode discutir agora são os ritmos e as modalidades que vai tomar este renascimento capitalista nos antigos “baluartes socialistas”.

Se fosse preciso uma contraprova para a regressão que se opera no Leste, bastaria comparar o movimento “comunista” actual com o dos primeiros tempos. Quem hoje se revê na União Soviética como modelo já não são os operários revolucionários mas uma certa pequena burguesia tacanha, que idealiza o socialismo à sua imagem e semelhança.

Encantada com este novo “socialismo de mercado”, “pluralista”, nem demasiado burguês nem demasiado proletário, que vem mesmo a calhar para a colocação da sua banha de cobra junto dos operários, redobra de apelos para se “*impor aos monopólios uma democracia ampliada, a paz e o progresso social*” como primeiro passo para a passagem pacífica ao socialismo...

Infelizmente para estes especialistas em lavar o rabo à burguesia, o “comunismo humanista” de Gorbaciov é um breve momento na trajetória acelerada que leva a URSS para a luta nua e crua entre proprietários e proletários. À velocidade a que as coisas progredem, não serão precisos muitos anos para o “socialismo” *perestroika* confluir com o capitalismo, privando os seus adeptos do lado de cá de referencial e deixando-os cair nos braços da social-democracia.

Nada mais justo, aliás: se os restos das revoluções proletárias são digeridos pelo capitalismo, porque não há-de o revisionismo moderno ser devorado pela social-democracia?

É de facto a social-democracia, essa versão popular da política imperialista, quem tira a desforra dos anos do grande medo do bolchevismo. Agora ela pode saborear o sentimento reconfortante de que todo entra na ordem, comentar com condescendência a “*morte dos mitos revolucionários*” o “*fim das utopias igualitárias*” e proclamar a confirmação das suas previsões.

Eles bem tinham dito, desde Kautsky, que a revolução russa não podia conduzir ao socialismo; que os bolcheviques estavam a tentar forçar a marcha da história, fazendo um salto impossível sobre a etapa capitalista na Rússia; que não só Staline mas também Lenine representavam um desvio voluntarista e autoritário do marxismo; que a “*perversão totalitária stalinista*” não era mais do que o fruto aca-

bado das ideias leninistas sobre o partido de vanguarda e a conquista do poder pela violência; que o próprio Marx devia ser responsabilizado por ter aberto as portas à barbárie com a sua invenção de uma “ditadura do proletariado” chamada a destruir as liberdades individuais...

Agora pode-se reescrever a história e dar como provado que as revoluções dirigidas pelos comunistas em nome dos interesses do proletariado e do socialismo não passaram de revoluções nacionais burguesas, recorrendo a *slogans* marxistas para arrancar às massas sacrifícios desumanos e obter uma acumulação maciça de capital; que Staline foi um émulo de Hitler, senão o seu mestre no crime; que os comunistas foram culpados de tudo, até do fascismo, até da 2ª Guerra Mundial, e que os social-democratas foram as suas vítimas.

Os comunistas deveriam pois renunciar ao seu “messianismo revolucionário” que já não faz sentido nesta época da informática e da robótica, deixar-se de tiradas “demagógicas” contra a exploração, abandonar o leninismo, distanciar-se criticamente de Marx, reconhecer finalmente que o ideal do socialismo só pode ser aproximado pelo alargamento dos “*espaços de consenso democrático*” abertos pela revolução técnico-científica.

O mais flagrante em tudo isto nem é o cinismo desta gente – é a sua miopia. Mas que outra coisa podem fazer as osgas e as ratazanas senão esponejar-se ao sol depois de passada a tempestade, convencidas de que ela nunca mais se repetirá? A social-democracia tem que convencer-se de que a revolução foi um pesadelo felizmente acabado e que o proletariado nunca mais tomará o freio nos dentes.

Pintar a actual degeneração capitalista da URSS como uma marcha triunfal para o comunismo; ou, inversamente, pretender que a revolução proletária nunca passou de uma invenção feroz do bolchevismo – estas duas falsificações concorrentes do marxismo empenham-se numa mesma tarefa comum: escamotear o balanço da revolução no século XX.

Outro tanto se pode dizer da sua variante menor, o trotskismo, que encontrou, como sempre, uma interpretação original dos acontecimentos, *equidistante* do revisionismo moderno e da social-democracia: burocraticamente degenerada por culpa de Staline, a União Soviética permaneceria apesar de tudo um Estado operário, trilhando ainda hoje uma infundável transição do capitalismo para o socialismo...

PRIMEIROS PASSOS

Ao analisar o fenómeno soviético moderno como uma restauração pacífica do capitalismo sobre os destroços da ditadura do proletariado em degeneração, a corrente marxista-leninista lançou há 25 anos os primeiros alicerces para o retomar da marcha da revolução. Isto porque esta ideia, que muitos consideravam na altura uma *aberração* doutrinária, deu a chave para pôr a moderna URSS “destalinizada” diante do espelho da Rússia dos soviéticos de que se proclama herdeira, confrontar o “leninismo humanista” actual com o leninismo de Lenine e, através desse confronto, captar, com muitos anos de antecedência, o sentido da marcha que viria a ser seguida pela URSS e pelos seus afilhados do “movimento comunista internacional”.

Este era porém apenas um primeiro passo. O fio do leninismo só ficaria reatado quando se soubesse dizer como e porquê pudera a burguesia renascer sobre a expropriação da burguesia. E aqui a corrente marxista-leninista naufragou.

Hoje é-nos possível compreender que a crítica à degeneração da União Soviética, feita por partidos (China, Albânia) que percorriam eles próprios um caminho semelhante ao que percorrera o partido bolchevique no poder, estava encerrada em limites inexoráveis. O maoísmo foi a ilustração dramática de que a ruptura com o revisionismo não podia partir de dentro de um campo socialista já em decadência.

E se a falência da “revolução cultural proletária” teve o efeito dum terramoto sobre a incipiente corrente ML, foi porque nela se jogava mais do que uma grande batalha – jogava-se toda a teoria elaborada por Mao para explicar a génese do revisionismo no poder e os *contra-venenos* que julgava ter descoberto para o combater.

Mao atribuía a germinação do revisionismo, na União Soviética como na China, à degeneração de “*um punhado de dirigentes que enveredaram pela via capitalista*”. Consciente de que as razias policiais de Staline tinham sido impotentes para arrancar as raízes do mal na URSS, pensou aplicar-lhe na China o tratamento de choque da mobilização de massas, que imunizaria a ditadura do proletariado da degeneração revisionista.

Mas o fim caótico da revolução cultural foi o desmoronar fragoroso da ideia maoísta sobre o papel quase milagroso que poderia ser desempenhado pela educação ideológica do partido e das massas. Mais: pôs a nu que a valorização da burguesia e dos direitistas no

partido, repousava sobre uma esperança de conciliação de conflitos de classe que não sabia como superar.

Na realidade, a atitude do maoísmo perante a luta de classes sob a ditadura do proletariado representou em muitos aspectos um passo atrás em relação ao stalinismo que se propunha corrigir. Pode dizer-se que isso era de certa forma inevitável, dada a diferença de envergadura entre as duas revoluções – Mao foi o produto das guerras camponesas da China, Staline foi o produto da sublevação da classe operária russa – mas o certo é que o maoísmo, ao tomar como espinha dorsal a integração e a reeducação da burguesia nacional no socialismo *corrigiu* Staline pela direita.

Uma coisa podemos hoje dizer, graças à desastrosa experiência da China: o revisionismo moderno não foi a causa de nada, por que é ele próprio a consequência e a expressão ideológica de relações de classe novas que germinaram depois da revolução, na URSS como na China.

Depois deste fracasso, julgar que era possível apagar a experiência maoísta, **voltar atrás** e reconstruir a corrente ML sobre a defesa integral da herança de Staline, foi uma inépcia que só podia sair do desespero em que se afundava a Albânia. O mérito desta corrente, se assim se pode dizer, foi ter recusado responder a todos os problemas que estavam postos pela degeneração da URSS; para tudo, uma única resposta: Staline não se enganara, apenas fora enganado e traído... Se não se pode dizer que seja muito coerente, esta fidelidade a Staline deu-lhes, pelo menos, uma bandeira inconfundível para se demarcarem de todos.

A lógica da luta de classes, porém, não perdoa e os ML de cepa albanesa, tal como os últimos fiéis do maoísmo, afundam-se numa tripla miséria: senilidade na ideologia, reformismo *democrático popular* na política, espírito de seita na organização. Que mais pode ser hoje um stalinista do que uma caricatura risível de Staline?

A CRÍTICA A STALINE

Desmentidos pela vida os melhoramentos ao stalinismo propostos por Mao, o passo seguinte para os comunistas era abordar directamente a questão que até aí fora para eles tabu, precisamente porque era o alvo dos ataques concentrados de todas as forças burguesas: o papel histórico de Staline.

O dossier Staline estava recheado com uma tal variedade de estudos social-democratas, trotskistas, académicos, que não foi difícil, ao utilizar esses materiais numa perspectiva marxista extrair conclusões novas e fazer avanços reais na compreensão do fenómeno soviético.

É um facto que Staline não foi sensível às preocupações que Lenine emitia nos últimos anos da sua vida quanto aos perigos de degeneração burocrática do regime soviético e permitiu que a burocracia crescesse como um cancro, devorando os direitos revolucionários conquistados pelas massas produtoras durante a revolução.

É indiscutível que Staline depositou durante tempo demais uma confiança direitista nas possibilidades de integração da burguesia através da NEP, para passar depois, quase sem transição, à “socialização a marchas forçadas”, com as convulsões irreparáveis que isso acarretou.

Staline transformou a manifestação das contradições sociais e da luta interna do partido em crimes, esvaziando a ditadura do proletariado em proclamações e a criação ideológica em fórmulas dogmáticas, que adubaram o terreno para a *revolução* revisionista.

Enquanto Lenine defendera a necessidade da URSS ganhar tempo até chegar nova onda revolucionária, Staline *aperfeiçoou* essa ideia com a teoria da construção do socialismo num só país, que arrastou, em sequência desastrosa, a tática pragmática do apoio às burguesias nacionais, a política das frentes populares do 7.º Congresso da Internacional Comunista, a subalternização crescente do movimento comunista ao papel de força de pressão pró-soviética, e por fim a dissolução da Internacional e a dispersão oportunista dos partidos comunistas.

A enumeração dos erros de Staline podia prolongar-se. Mas o mais importante de todos eles talvez seja que, na atmosfera política *centrista* transmitida pelo stalinismo ao movimento comunista internacional, foi-se instalando subrepticiamente a noção de que era inviável a repetição do feito dos operários russos em Outubro de 1917, de que não era *realista* lutar por revoluções proletárias de tipo soviético. Se a revolução de “democracia nova” na China e as revoluções “democrático-populares” na Europa oriental e na Ásia foram ecos amortecidos e deformados da revolução russa e se tornaram, em vez de impulsos ao avanço socialista da União Soviética, um lastro a puxá-la para trás, isso deveu-se antes de mais às ideias difundidas pelo próprio Staline.

Os erros centristas de Staline foram assim surgindo como a chave da explicação para a degeneração do movimento comunista. Tivesse Staline sido um bom leninista, e outra teria sido a história do último meio século – eis a conclusão a que se chega hoje correntemente nas fileiras comunistas.

E, contudo, esta explicação é tão limitada e enganosa como as anteriores. Atribuir o fracasso das revoluções deste século aos erros de Staline pode aproximar-nos das peripécias da degeneração, mas, no fundo, pouco difere de atribuí-la aos desvios de Mao, à traição dos revisionistas, ou ao egoísmo da burocracia. Conduz-nos sempre a um mesmo tipo de explicações subjectivas, incapazes de cobrir um fenómeno tão gigantesco como foi a **inversão do rumo** de um quarto da humanidade.

Sem dúvida, todos esses erros, desvios e traições foram bem reais e tiveram um efeito nefasto. Mas eles foram forçosamente manifestações de causas sociais profundas que, essas sim, importa pôr a claro.

O FECHO DE UM CICLO

Se olharmos para a luta de classes mais do que para as posições dos dirigentes, veremos que aquilo a que vulgarmente se chama o stalinismo – a concentração sobre-humana de esforços na edificação do socialismo num país isolado, e, para mais, economicamente atrasado, com a explosão de violência que isso acarretou – não foi uma criação arbitrária saída da cabeça de Staline, em resultado do *primarismo* do seu marxismo, mas o produto dum **estrangulamento objectivo da revolução**.

O pressuposto em que se baseavam os bolcheviques e Lenine – de que a Iª Guerra Mundial e a revolução russa tinham amadurecido as condições para revoluções proletárias na Europa – não se verificou. O imperialismo, estádio supremo e último do capitalismo, estava muito mais distante do esgotamento da capacidade de sobrevivência do que podia supor-se no tempo de Lenine.

E assim, privado do apoio da revolução na Europa, o regime soviético na Rússia ficou confrontado, em meados dos anos 20, com **duas únicas** alternativas, ambas desastrosas: ou capitular (e a isso conduziam as políticas opostas defendidas por Bukarine e Trotsky), ou avançar a qualquer preço, como única forma de ganhar tempo. Foi o que tentou a direcção de Staline, acicatada, ainda para mais,

pela iminência de uma nova guerra mundial e de uma nova agressão imperialista devastadora.

Nesta perspectiva, é forçoso reconhecer que o abandono da NEP e a guerra à pequena burguesia, o terror dos anos 30, a crescente delegação do poder no aparelho burocrático, a militarização do trabalho e da vida do partido, a perda de confiança na revolução mundial, o afastamento irreparável do marxismo – todos os traços do stalinismo foram o produto do impasse que asfixiava a revolução russa.

A partir dos anos 50, esse impasse sufocava já não apenas a União Soviética mas todo o campo revolucionário que entretanto se levantara na sua esteira. O derrubamento da burguesia e a socialização das forças produtivas, em países atrasados, com escassa acumulação de capital, uma classe operária reduzida e uma enorme massa camponesa, essencialmente pequeno-burguesa, produzia, junto com as gigantescas conquistas revolucionárias iniciais, a ascensão gradual de uma burocracia onnipotente, chamada a servir de administrador e de *árbitro* entre o proletariado e a pequena burguesia, e, com ela, a transformação do socialismo e da ditadura do proletariado em caricaturas.

A conclusão parece ser esta: os “elos fracos” cederam de facto ao embate da revolução proletária e camponesa, mas marcaram-na com as suas taras e acabaram por devorá-la. A burguesia acabou por retomar o testemunho que lhe tinha sido arrancado. Tudo se passou como se o capitalismo tivesse tirado a sua vingança da *surpresa* de 1917.

Concluir daqui que este ciclo de revoluções foi “prematureo” ou “inútil”, como fazem os social-democratas, é raciocinar às avessas, com a lógica da burguesia. Na realidade, as grandes revoluções proletárias deste século não foram inventadas nem forçadas pelos comunistas. Elas eram inevitáveis e foi só a direcção comunista que lhes permitiu levar o mais longe possível o seu potencial de transformação. Se elas tivessem sido sufocadas, muito pior seria hoje a situação das massas e muito mais consolidada estaria a burguesia.

Podemos pois dizer que a revolução proletária atravessou neste século XX um arranque pioneiro, que cumpriu o seu ciclo de crescimento, auge, crise e decomposição, ciclo de que **não podia libertar-se** a menos que novas revoluções proletárias, mais avançadas, tivessem vindo em seu socorro.

Hoje, reabsorvido esse primeiro ciclo de revoluções proletárias, vive-se uma espécie de pausa, durante a qual o movimento revo-

lucionário procura retomar pé na nova situação e preparar novo assalto. Como todas as pausas, também esta é acompanhada pelo florescimento aberrante do pânico, da estupidez e da incoerência da pequena burguesia, cobrindo por completo a voz abafada do proletariado.

Não podemos saber por que vias irá romper o novo ciclo proletário revolucionário, nem onde nem como. De uma coisa estamos certos: ele aprenderá com a experiência acumulada, para levar cabo, de forma mais eficaz e inexorável, a tarefa que Lenine enunciava em 1920: *“Derrubar os exploradores e, em primeiro lugar a burguesia; infligir-lhes uma derrota absoluta; esmagar a sua resistência; tornar impossível qualquer tentativa da sua parte para restaurar a canga do capital e da escravidão assalariada”*.

(Política Operária, 16 – Setembro/Outubro de 1988)

O PACTO HITLER-STALINE FOI A CAUSA DA GUERRA?

O cinquentenário do pacto germano-soviético foi pretexto para novas variações em torno do mesmo tema: ao partilhar traiçoeiramente a Polónia com Hitler, Staline ter-se-ia tornado responsável pela guerra. Conclusão: *o totalitarismo de esquerda é igual ao de direita, e a democracia capitalista é que é boa ...*

O jornalista do *Expresso* (19 de Agosto) dedica-se com tal entusiasmo a pintar a *“ambição desmedida dos dois ditadores”* que se esquece mesmo de mencionar o pacto de Munique. E na *Vida Soviética* de Agosto/Setembro, o comentador V. Kuznetsov, alinhando servilmente no coro democrático como manda a perestroika, escreve que *“Hitler e Staline apostavam na força. Todos sabem em que se traduziu tal aposta para a Europa”*.

Atingiu-se assim finalmente o consenso universal quanto à identificação dos culpados da guerra. Staline teria sido igual a Hitler. Mas nem por isso é menor a mistificação.

FALSIFICADORES DA HISTÓRIA

O pacto Hitler- Staline foi o fim e não o começo de uma longa história. Desde 1934, a Inglaterra e a França vinham rejeitando os esforços insistentes da União Soviética para uma frente antifascista e deixavam o campo livre às potências fascistas para engolirem a China, a Etiópia, Áustria, Espanha, Checoslováquia... o pacto germano-soviético foi a reacção ao pacto tácito entre as democracias e o fascismo.

Em segundo lugar, quando se lamenta a Polónia *“retalhada”* e os países bálticos *“anexados”*, omite-se que a União Soviética apenas recobrou em 1939-40 os territórios que lhe tinham sido arrancados vinte anos antes por imposição da Inglaterra e da França, com o objectivo de criar um tampão antibolchevista.

AS CULPAS DE STALINE

Não lembramos estes factos para elogiar Staline, cujo regime anti-operário de capitalismo de Estado triunfava nessa época na União Soviética, com todo o seu cortejo de horrores. E também não defendemos a política externa de Staline.

A tentativa do dirigente soviético de conter o perigo fascista através do namoro às potências *democráticas* e à social-democracia (as Frentes Populares) não evitou a guerra e deu todos os trunfos ao imperialismo ocidental. Staline apoiou-se na tábua podre da burguesia “democrática” porque já era ele próprio um chefe burguês e receava apostar na luta revolucionária da classe operária.

Certamente, não estava ao alcance de Staline evitar o conflito entre a matilha de lobos capitalistas. Mas se ele fosse ainda comunista como se intitulava, teria orientado os operários da União Soviética e de todo o mundo para transformar a guerra imperialista numa onda de revoluções, em vez de os mobilizar para a defesa da “democracia” e da “pátria”. A política de zig-zague que seguiu, primeiro a reboque das “democracias”, depois a reboque de Hitler (1939-41), confundiu e desorganizou as fileiras comunistas internacionais e foi impotente para evitar a guerra.

A URSS, VÍTIMA DE AGRESSÃO

Mas estes factos não podem servir para ilibar os **únicos** responsáveis pela guerra mundial. É um facto indesmentível que as democracias ocidentais engordaram o bloco fascista da Alemanha/Japão/Itália, na esperança de que ele aniquilasse a União Soviética. E é um facto que o governo soviético só assinou o pacto com Hitler como manobra de último recurso, para tentar desviar ou adiar o assalto nazi que todo o mundo capitalista lhe lançava para cima.

As acusações de que “*Staline sempre procurou um acordo com Hitler*”, “*queria partilhar o mundo com Hitler*”, etc., inventadas por Trotsky na fase final da sua carreira, e desacreditadas durante muitos anos devido ao esforço de guerra soviético, que salvou o mundo do nazismo ao preço de 20 milhões de mortos, estão hoje a ser promovidas a *verdades históricas* para lavar o capitalismo.

IMPERIALISMO, O FOCO DA GUERRA

Há quem pergunte: mas se na URSS vigorava um regime ditatorial anti-operário, como acreditar que Staline estivesse interessado em evitar a guerra? A razão é simples: a URSS, ao contrário das outras potências, não era (não é ainda hoje) um país imperialista, dominado por monopólios em busca de mercados, fontes de matérias-primas e colocação para os seus capitais. A URSS entrara sob a chefia de Staline num abortivo regime de capitalismo de Estado, que só nos

nossos dias se está a decompor para abrir lugar ao pleno florescimento capitalista.

A URSS teve, pois, pela sua própria natureza económica e social, uma atitude defensiva face à guerra. Os verdadeiros cúmplices de Hitler foram os democratas e social-democratas que hoje lançam as culpas sobre Staline para esconder que a fonte da guerra está no imperialismo, seja ele fascista ou “democrata”.

(Política Operária 21- Setembro/Outubro de 1989)

STALINE NA GUERRA MUNDIAL

Tem toda a razão António Vilarigues quando, no *Público* de 2/5, desmonta a mistificação agora diariamente vendida na televisão e na grande imprensa a propósito do fim da 2ª guerra mundial, atribuindo às “democracias ocidentais” o mérito quase exclusivo da vitória sobre a máquina de guerra nazi. Os comunicadores de serviço omitem *apenas* os 25 milhões de mortos sofridos pelos povos da URSS, um autêntico mega-holocausto sem o qual seria impensável a derrota do império hitleriano.

O destino da guerra foi decidido na frente Leste – esta é a singela verdade histórica que se quer apagar. Como também, no mesmo jornal, escrevia antes no mesmo jornal Vasco Pulido Valente, *“nem Roosevelt ‘entregou’ a Estaline a Europa de Leste, nem Eisenhower podia avançar para Leste mais do que avançou, nem Montgomery chegaria a Berlin, mesmo com a totalidade do exército aliado sob seu comando. Foi a URSS que destruiu o poder militar da Alemanha e ganhou a guerra. E foi sobretudo por isso que o Ocidente aceitou sem resistência a divisão da Europa”*.

Mas a falsificação histórica não fica por aqui. Ao atribuir a origem directa da guerra ao pacto germano-soviético de 1939, pelo qual Hitler e Staline teriam partilhado entre si a Polónia, omite-se que esse pacto, com tudo o que teve de condenável, foi uma espécie de último recurso da União Soviética para retardar a invasão, depois de seis anos de esforços insanos e sempre malogrados junto da Inglaterra e da França para uma frente comum contra a expansão do nazismo. Omitem-se as sucessivas propostas rejeitadas da URSS na Sociedade das Nações, o seu apoio à constituição de Frentes Populares antifascistas, o abandono pelas democracias ocidentais da República espanhola, a entrega da Checoslováquia a Hitler pelo pacto de Munique... A verdade histórica, ainda aqui, é que as “democracias” só à força se envolveram na guerra contra o fascismo alemão, depois de tentarem por todos os meios virá-lo para Leste, A União Soviética foi a vítima dessas manobras.

A minha concordância com António Vilarigues acaba porém aqui. Porque quando a discussão passa para o velho tema “comunismo igual a fascismo”, a sua argumentação é absolutamente insatisfatória. Escreve ele que, apesar de, em nome do comunismo, se

terem feito inúmeros crimes, “a matriz dominante dessa ideologia é a da construção de uma sociedade sem classes, sem exploradores nem explorados”, pelo que, obviamente, não faz sentido compará-lo com a ideologia nazi-fascista, defensora da exploração, da superioridade racial, do extermínio de povos inteiros, etc.

Isto está certo, mas deixa sem resposta aquilo que todos perguntam: como explicar então que, em nome dessa ideologia avançada se tenha criado um regime ditatorial e opressivo? Isso aconteceu, todos o sabem, e não é pelo facto de a direita insultar Staline com “émulo de Hitler” e atribuir-lhe o número astronómico de 20 milhões de mortos que se pode omitir o **facto** de que milhões de soviéticos sofreram e morreram em campos de concentração, 700 mil foram executados na onda de terror dos anos 1937-38, se inataurou o unanimismo do medo, se esterilizou a criação intelectual, etc.

Gostaria que neste ponto, António Vilarigues adoptasse o preceito marxista que aconselha aos outros: a análise concreta da situação concreta. Pelos vistos, não o pode fazer – tal como o não pode fazer o *Avante* quando, na edição de 12 de Maio, louva Staline como o “revolucionário soviético” cujo regime foi “a mais brilhante conquista da história da humanidade” – porque a sua ideologia lhe proíbe encarar de frente duas ou três verdade elementares: o **malogro** da revolução dos soviets de 1917 devido ao atraso económico-social da Rússia e à catástrofe causada pela intervenção imperialista; a **degeneração**, a partir daí inevitável, do regime revolucionário num regime de capitalismo de Estado apoiado num aparelho burocrático e policial opressivo; a **inexistência** de qualquer forma de socialismo, mesmo “imperfeito”, na URSS, uma vez que socialismo e ditadura do proletariado são impossíveis sem órgãos de poder eleitos pelas massas e sem a mais ampla liberdade popular; a **hostilidade encarniçada** do mundo capitalista ao regime da URSS, pela carga subversiva da sua origem revolucionária e pelo obstáculo que erguia ao mercado capitalista; os **custos terríveis** que teve para as massas trabalhadoras a corrida contra o tempo a que esse regime foi obrigado a edificar uma economia moderna, sob a ameaça permanente da agressão; o **fracasso** da política externa de Staline ao tentar apoiar a defesa da paz na Europa em acordos com a social-democrácia e com as democracias capitalistas do Ocidente, quando só a luta dos trabalhadores e dos povos o poderia conseguir; a **determinação inabalável** com que os soviéticos, chefiados por Staline, se bateram contra o nazismo.

Juntando estes factos é perfeitamente possível compreender como pôde a URSS dos anos 30 ser simultaneamente um país falsa-

mente socialista, governado por um regime ditatorial, mas também uma trincheira da luta contra a guerra imperialista e o coveiro do fascismo. Para rechaçar as hipócritas campanhas de difamação da burguesia não é preciso recorrer a desculpas embelezadoras do regime da URSS. A corrente do PCP é completamente incapaz de o fazer – e este é talvez o sinal mais evidente da sua decrepitude.

(Política Operária 100 - Maio/junho de 2005)

RENASCIMENTO COMUNISTA - BASTA DE MAL-ENTENDIDOS!

O "marxista-leninista" Gastaud concebe o socialismo como um regime de tipo napoleónico. Temos que lhe dizer que esse programa não serve ao proletariado.

Já aqui nos referimos ao encontro "Civilização ou barbárie", que teve lugar em Serpa e Moura, em Setembro de 2004, por iniciativa do site *resistir.info* e da revista *Vértice*. Teve aí destaque uma comunicação de Georges Gastaud, antigo dirigente local do PCF, agora anfitrião do Pólo de Renascimento Comunista em França*. Pela ambição globalizante das suas análises e pela energia com que defende as suas convicções, Gastaud é tido como ideólogo da corrente comunista em que se insere o PCP, pelo que vale a pena comentar os seus conceitos. Sobretudo para ver como aparentes coincidências de pontos de vista na área da esquerda podem esconder divergências de fundo.

PONTOS DE ACORDO

O capitalismo, entrado "na sua fase senil e exterminista", afirma Gastaud, tem que ser enfrentado com "um combate de classe e uma resistência popular", capazes de "romper a cadeia do imperialismo num ou em vários países para se orientar abertamente para o socialismo". "É preciso restituir à classe trabalhadora o seu papel político dirigente no movimento social", porque nos esperam confrontos de classe muito duros, que os chamados "altermundialistas" e "altereuropeístas", com a sua utopia de uma mundialização capitalista "de rosto humano" ou de uma Europa imperialista "socialmente regulada", mostram não compreender.

Defensor do "não" a esta ou qualquer outra Constituição Europeia, Gastaud critica certeira a Confederação Europeia de Sindicatos e o Partido da Esquerda Europeia como "cartéis social-demo-

* "Capitalismo exterminista ou renascimento comunista?", Georges Gastaud, *Vértice*, Jan-Abril 2005.

cratas e europeístas”. Fustigando a “fúria de autoliquidação dos partidos comunistas”, a “obsessão antileninista”, o “marxismo universitário bem comportado e castrado” e a “acção de criminalização do comunismo a que se prestam tantos pseudocomunistas”, proclama com toda a razão que “*é preciso não menos comunismo, mas mais e melhor comunismo, mais marxismo-leninismo e mobilização proletária*”, mais internacionalismo proletário, mais apoio às insurreições populares do Iraque, Palestina, Colômbia, etc.

Tudo excelente até aqui. A tal ponto que quase nos perguntamos se há de facto razões sérias que nos impeçam de alinhar na corrente a que Gastaud pertence.

DERRAPAGEM

Mas quando Gastaud tenta explicar o desaparecimento da União Soviética apercebemo-nos de que a sua concepção de socialismo e o objectivo da sua luta são *inteiramente diferentes* dos nossos.

Gastaud parte da convicção (ainda hoje muito difundida) de que na URSS dos anos 30 se estava a “construir o socialismo”. Em sua opinião, a “hipertrofia do Estado” e os “graves desvios” burocráticos e policiais do tempo de Staline não impediam a “manutenção e o desenvolvimento do socialismo”, patente na industrialização, planificação, pleno emprego, cultura, conquista do espaço... O erro da direcção do PCUS teria sido não ter promovido depois de Staline um “incremento mais vasto da democracia socialista” e o “reforço dos sovietes” e, em vez disso, ter entrado na via da capitulação perante o imperialismo.

Há aqui uma tremenda mistificação. A tese do “socialismo manchado por desvios e erros” só se sustenta na medida em que se faça tábua rasa das *relações de classe* que serviam de base ao regime da União Soviética. Entusiasmados com as grandiosas realizações económicas da URSS, com a sua política externa anti-imperialista, com o seu papel na luta contra o nazismo, com o título de comunista do partido no poder, estes admiradores da antiga URSS não se perguntam se alguma vez o socialismo pode ser compatível com o facto de a população trabalhadora “soviética” estar privada do controle do poder, de liberdade de expressão e de organização, e ser explorada por uma camada dirigente arvorada em sua representante e tutora.

Se a URSS foi de facto um tipo de sociedade original, avançada em muitos aspectos devido à sua origem revolucionária, e que durante décadas causou sérios embaraços ao imperialismo, essas ori-

ginalidades têm que ser explicadas por outra forma, não apelidando-a de socialista.

Tentando responder a estas objecções, Gastaud adianta o seu “contributo teórico” — que é uma confissão preciosa daquilo que a maioria dos “ortodoxos” pensam sem o dizer. O socialismo, escreve ele, é um regime que “funciona ‘com consciência’” e no qual “*o papel das direcções e dos partidos é incomparavelmente mais forte do que nos modos de produção anteriores*” (p. 214, sublinhado meu). Assim, na URSS havia “ditadura do proletariado”... mas esta era exercida por intermédio do partido e dos seus líderes supremos — que eram a verdadeira “consciência” das massas e que, naturalmente, estavam sujeitos a cometer “desvios e erros”...

A partir daqui, já não há nada de extraordinário no facto de a “segunda revolução” de Staline ter instaurado, pela força, o socialismo numa sociedade de capitalismo atrasado, esmagadoramente camponesa. Gastaud acredita que a “liberdade humana” e a “natureza dialéctica das determinações históricas” permitem tais saltos. Logicamente: basta dotar o proletariado com uma “direcção forte”...

Na concepção autocrática de Gastaud, o socialismo surge pois através da modernização económica promovida por uma direcção todo-poderosa, se necessário à custa de mão dura sobre as massas populares. E não apenas na situação particular da Rússia e da China, onde havia um grande atraso económico, mas como *lei geral*, visto que, para ele, o socialismo se define pelo “*papel incomparavelmente mais forte das direcções e dos partidos*”.

Isto diz tudo sobre a ideologia de Gastaud — a qual, observe-se de passagem, já nada tem de comum com a dos stalinistas que ele tanto admira. Porque, se os stalinistas foram arrastados, no entrecocar brutal da luta de classes interna e da agressão imperialista, a abdicar das suas convicções revolucionárias iniciais e a justificar o capitalismo de Estado e o seu regime despótico como o “socialismo” possível, nos dias de hoje, pretender copiar essa lógica para a Europa imperialista, onde as relações capitalistas e a proletarianização da massa da população chegam ao auge, indica interesses de classe inteiramente diferentes.

O sonho “socialista” de Gastaud exprime a ânsia da democracia pequeno-burguesa, em busca de uma saída *controlada* para a catástrofe em que ameaça mergulhar-nos o capitalismo agonizante: um “socialismo” pela mera estatização da economia sob direcção férrea dum corpo de burocratas e tecnocratas; um capitalismo de Estado travestido de “socialismo” e não a superação das relações capitalistas através da intervenção revolucionária da democracia de massas.

TUDO PELA NAÇÃO

Mas não é certo que Gastaud atribui ao proletariado um “papel político dirigente”? Sim, mas esse é um mero exercício de retórica, como sobressai das ideias que ele desenvolve na mesma comunicação, ao referir-se à União Europeia e ao partido comunista.

Gastaud apela a que se combata a integração europeia porque conduz à “desintegração da nação” e “põe em jogo a própria existência da República Francesa”. Ele quer que os comunistas sejam os “campeões do patriotismo popular e republicano”, porque a adopção da Constituição Europeia *“anunciaria por muito tempo o fim das independências nacionais e das perspectivas socialistas”*.

Ou seja: em vez de entender o actual processo de globalização como um passo gigantesco no sentido da internacionalização do proletariado, da revolução mundial e da queda final do capitalismo, Gastaud vê no fim das independências o “fim das perspectivas socialistas”. O seu “socialismo” é concebido no âmbito da nação, isto é, da burguesia. Sem nação, não haverá socialismo... A tal ponto que nem se apercebe do grotesco de um comunista francês apelar, hoje, à salvação da República Francesa, essa precursora do imperialismo moderno, culpada de mil crimes sangrentos contra o proletariado e os povos.

O mesmo quanto às exortações de Gastaud para a criação do “verdadeiro Partido Comunista”. Ele localiza no ano de 1992 o início de uma “mutação” no PCF, devido ao *“trabalho de sapa de uma fracção abertamente reformista instalada na direcção do partido”* e informa-nos que prosseguiu até 2003 o “combate interno pela renovação revolucionária do PCF”. Que espécie de perspectiva comunista pode ter quem andou *até há três anos* a bater-se pela “renovação revolucionária” do PCF, partido corrompido pelo reformismo e pelo nacionalismo quase desde a origem, agente da colaboração de classes, ajudante subalterno de governos reaccionários?

O marxismo-leninismo de Gastaud, com a sua retórica inflamada, assenta num tremendo mal-entendido. Ele exprime, sob o nome comunista, os anseios da pequena burguesia de voltar ao passado, em busca de um utópico capitalismo “popular”, “racional”, não-monopolista. Apreciamos o seu anti-imperialismo sincero e combativo, mas temos que lhe dizer que os comunistas não estão disponíveis para continuar a alistar-se ao serviço de utopias pequeno-burguesas.

(Política Operária 105 - Maio/Junho de 2006)

CORRENTES MARXISTAS NO SÉCULO XX

Neste breve panorama das correntes marxistas no século XX distingo cinco grandes correntes: social-democracia, bolchevismo, stalinismo, revisionismo e maoísmo. De passagem, farei referência a duas outras correntes que considero derivadas: o conselhismo e o trotskismo.

A **social-democracia** tem o seu período áureo em finais do século XIX, com a formação da II Internacional. Corresponde à fase de implantação do marxismo no movimento operário europeu. Partidos social-democratas alargam o direito de organização sindical, criam cooperativas e jornais operários, ganham posições nos parlamentos... Mas esta acumulação inicial de forças, em período de crescimento pacífico do imperialismo europeu, em breve revela a doença que a corrói: o aproveitamento das possibilidades legais, em convivência com as instituições burguesas, apaga nos partidos a perspectiva revolucionária que lhes fora legada pela Comuna de Paris. Os social-democratas passam a ser uma ala direita do movimento operário, cujos militantes mais combativos aderem ao anarco-sindicalismo. O mais destacado teórico da Internacional, Bernstein, resume esta domesticação do marxismo com a fórmula “as conquistas” imediatas são tudo, o objectivo final não é nada”. Vozes isoladas, como a de Rosa Luxemburg e Bebel, alertando que se está a fazer uma revisão reformista da teoria de Marx, não são ouvidas.

Assim, quando as grandes potências se lançam na primeira matança mundial, para repartir os territórios coloniais, cada um dos grandes partidos marxistas alinha atrás da sua burguesia; os socialistas franceses e alemães vão-se matar uns aos outros em “defesa da pátria”. Passando definitivamente para o campo da burguesia, os chefes social-democratas esmagam a revolução operária alemã de 1918, atacam a União Soviética, defendem expedições coloniais, etc. Em poucos anos, o imponente edifício da social-democracia desmorona-se sobre a cabeça do proletariado. A primeira grande corrente marxista passa a ser uma corrente burguesa para operários. De degeneração em degeneração, torna-se ao longo do século XX um dos principais partidos da burguesia e do imperialismo.

O bolchevismo, o novo movimento comunista animado por Lenine na Rússia desde 1903, alastra ao mundo inteiro com o triunfo da grande revolução russa de 1917 e com a criação da III Internacional. O efeito electrizante causado pelo levantamento de centenas de milhões de pobres que expropriam os capitalistas e criam o governo dos conselhos dá um impulso como nunca se vira ao movimento marxista. A burguesia vive no pavor do bolchevismo.

Com razão, porque este leva as grandes ideias novas da revolução social a todos os recantos do mundo, a política diária tem que ser orientada para a meta da **conquista do poder**, da **ditadura do proletariado**, do **internacionalismo proletário**. O proletariado tem que criar um partido de combate para a revolução, não um partido parlamentar. Os aliados internos do proletariado são os camponeses e os pobres das cidades, não a burguesia democrática. Os aliados eternos são os povos oprimidos e coloniais, até aí desprezados.

Na esteira da vitória bolchevique formam-se dezenas de partidos comunistas que chamam a si o melhor da base social-democrata e anarco-sindicalista. Porém, ao longo dos anos 20, o optimismo inicial não se confirma. As tentativas revolucionárias na Europa Oriental e na China são esmagadas. Os comunistas descobrem que o feito dos bolcheviques foi possível em condições muito diferentes das dos seus países. O capitalismo recompõe-se. A União Soviética, depois de ganhar a guerra civil e repelir a invasão, está no caos: o proletariado não tem força para exercer o poder, a pequena burguesia levanta a cabeça, os soviets definham. Ainda em vida de Lenine, as concessões forçadas à pequena burguesia levam à concentração do poder no partido, que se burocratiza e cuja democracia interna é sufocada. Em finais dos anos 20, na URSS e no mundo, o bolchevismo perdeu muito do seu vigor. O seu esplendor durou só uma década.

Conselhismo - Uma das consequências do esgotamento da revolução na Rússia é o aparecimento do conselhismo, que chega a ter alguma influência na Alemanha, Holanda, etc. O seu traço principal é atribuir à intervenção dirigente do partido comunista a culpa pelo declínio dos soviets. Atribuem a causas organizativas uma crise que tem raízes sociais. Como seria de esperar, este marxismo "anti-partido" nunca lhes permite ganhar influência de massas e leva-os a cair mais tarde na área da social-democracia.

O stalinismo assume em meados dos anos 20 a direcção do movimento comunista internacional. Afirma-se continuador do leninismo na nova conjuntura e, perante a ameaça de assalto imperialista, subordina os movimentos operários e de libertação nacional à preservação do poder na URSS. Esta política de emergência conduz à máxima concentração do poder no partido e no seu líder supremo, numa espécie de campanha militar para enfrentar os inimigos.

Na URSS, Staline rompe o impasse da NEP decretando o avanço para o socialismo a marchas forçadas. Em termos materiais, o êxito é espectacular: grande indústria, agricultura moderna, educação, saúde, exército poderoso... O "país dos soviéticos" é reconhecido como uma potência, mas à custa de uma repressão em massa (deportação de milhões de camponeses). Um poder autocrático e arbitrário elimina os últimos vestígios da democracia soviética, da liberdade de criação, da legalidade. Ao mesmo tempo que se proclama socialista, a União Soviética torna-se um capitalismo de Estado, governado por *aparatchiks* que se vão lentamente consolidando como uma classe exploradora.

O partido, arregimentado como uma máquina de poder, já nada tem em comum com o velho partido bolchevique. O Terror de 1936-1938 salda-se por 1,5 milhões de detidos numa demencial "caça às bruxas", 700.000 executados, milhões mandados para o Gulag, onde grande parte morre de privações.

Ao incutir no proletariado internacional a ideia do socialismo como um regime militarizado e de pensamento único, sem sombra de poder proletário, o regime "soviético" provoca uma brutal regressão do marxismo, de que ainda hoje sofremos as consequências.

Internacionalmente, isso não se sente de imediato, devido ao prestígio da grande revolução e à oposição determinada da direcção stalinista ao fascismo e à nova guerra que se anuncia. Mas a sua condução da Internacional Comunista impõe aos partidos uma política cada vez mais distante da tradição bolchevista. Na China, depois em Espanha, a aliança do Partido Comunista com a burguesia nacionalista causa grandes desastres. Em meados dos anos 30, tentando convencer as democracias burguesas a resistir à expansão nazi, a Internacional proclama uma política oportunista de "Frente Popular" (Dimitrov), que entrega a maioria dos PC ao domínio do reformismo e do nacionalismo. Às vésperas da guerra, Staline tenta desviar o agressor concluindo uma aliança com ele. Por fim, em 1943, para obter um acordo com os aliados imperialistas ocidentais, aceita a dissolução da Internacional Comunista.

No fim da guerra os tremendos sacrifícios humanos consentidos pela União Soviética para esmagar a barbárie nazi dão a Staline e ao movimento comunista internacional o auge do poderio e influência: Instauram-se “democracias populares” na Europa Oriental, triunfa a revolução na China. Na Coreia, depois no Vietname, uma resistência de massas nunca vista conduz ao fracasso as aventuras imperialistas. À morte de Staline, o “campo socialista” abarca um quarto da humanidade e regista um crescimento económico espectacular. Na França, Itália, Indonésia, o PC é o maior partido e parece prestes a chegar ao poder.

Mas a União Soviética cuida agora exclusivamente dos interesses da sua nova burguesia de Estado ascendente. As direcções dos PC praticam o reformismo e obedecem incondicionalmente a Moscovo, num clima interno de dogmatismo asfixiante. O stalinismo, essa **longa agonia do bolchevismo**, explode em dois ramos opostos: primeiro o revisionismo, depois o maóismo. Antes, uma curta referência a um outro ramo lateral da árvore marxista: o trotskismo.

Trotskismo. A sua influência internacional cresceu à medida que este dirigente da revolução russa fez a denúncia pioneira da burocratização e dos crimes do stalinismo. Contudo, as concepções de Trotski quanto à ditadura do proletariado e ao socialismo eram muito semelhantes às de Staline. A sua pretensão de criar um centro mundial a partir do qual se construíssem os partidos dos vários países deu origem a uma grande rigidez estratégica, a manobras tácticas sem princípios e a um fraccionismo permanente. Polemista brilhante, o seu assassinato, às ordens de Staline, criou-lhe uma aura imerecida de “bolchevique”, desmentida por um alinhamento frequentemente próximo da social-democracia. Como as outras correntes, o trotskismo veio dividindo-se em tendências muito diversas, sobretudo depois que a União Soviética passou pacificamente ao capitalismo sem se darem as “revoluções antiburocráticas” previstas por Trotski.

O revisionismo moderno (assim chamado pelas suas afinidades com o revisionismo de Bernstein) toma-se dominante com o XX Congresso da PCUS (1956). Sob a pressão económica, militar e ideológica crescente do campo imperialista (Guerra Fria), a direcção da URSS tenta ganhar espaço. A coberto da denúncia dos “crimes de Staline” (que são os seus próprios), anuncia uma nova linha geral de “coexis-

tência pacífica” (na realidade de conluio) com o imperialismo, prega a aliança dos partidos comunistas com a social-democracia, acena com a possibilidade de “passagem pacífica e parlamentar ao socialismo”. Procura acabar com a corrida aos armamentos que sobrecarrega a economia, adota uma atitude conciliatória com o imperialismo americano e europeu e a social-democracia, ao mesmo tempo que apoia as burguesias nacionalistas, em nome de um novo “socialismo” terceiro-mundista.

Na URSS, o revisionismo inicia a transição do capitalismo estatal ao capitalismo pleno, com a introdução de mecanismos de mercado para tornar as empresas rentáveis, a legalização da concorrência, a justificação dos privilégios dos quadros, técnicos e intelectuais sob o nome de “ditadura de todo o povo”, etc.

Nesta nova estratégia, os partidos comunistas são despromovidos ao estatuto de meros agentes da política externa “soviética”. Kruchoy tem ainda menos cerimônia com os “partidos irmãos” do que Staline: põe, dispõe, muda direções, joga o destino da revolução cubana com a aventura dos mísseis. As tendências reformistas nos partidos comunistas afirmam-se à luz do dia. Um exemplo que bem conhecemos: a proposta do afastamento pacífico dos ditadores em Espanha e Portugal. A catástrofe da Indonésia (meio milhão de mortos num banho de sangue fascista) tem grande responsabilidade da União Soviética.

O revisionismo, resultante de uma aliança entre a burguesia de Estado da União Soviética e a aristocracia e burocracia operária dos centros imperialistas, cumpre a função de dissolver nas fileiras marxistas as últimas resistências à ideologia da prosperidade ininterrupta que seria oferecida pelo capitalismo moderno. Esta degradação tem como consequência a ruptura do PC da China e a emergência da corrente internacional do maoísmo.

Maoísmo. Por meados dos anos 50, espalha-se no mundo a história fabulosa do PC China, a guerra camponesa prolongada, a teoria militar de Mao, a Longa Marcha, a revolução agrária. A China impulsiona a conferência de Bandung e o movimento dos não-alinhados, que se opõe aos EUA. Em 1960 o PC China abre fogo sobre o revisionismo moderno, denuncia a política externa da União Soviética e o oportunismo dos grandes partidos europeus, apela ao retorno ao leninismo, à luta anti-imperialista. Embora incapaz de analisar o papel do stalinismo e as causas da degenerescência da União Soviética, esta linguagem nova que apela às massas e à confiança revolucionária rompe com o podre ambiente de colaboração de classes e de

conciliação com o imperialismo em que se aprofundava o movimento comunista internacional. O triunfo da revolução cubana e, no caso europeu, o Maio 68, reforçam uma onda de retorno ao marxismo.

Contudo, se as ideias, estribilhos e preceitos morais de Mao ganham enorme popularidade nas regiões onde há grandes massas camponesas oprimidas, sobretudo na Ásia e América Latina, elas penetram pouco no proletariado europeu e norte-americano, onde tinham escasso campo de aplicação, assumindo aí uma base estudantil e intelectual, idealista e voluntarista, entrelaçada com o guevarismo.

Em breve vêm ao de cima as contradições do maoísmo, reflexo das contradições em que se debate a revolução chinesa. À medida que cresce o poderio e a influência internacional da China, agudiza-se no partido a luta entre uma ala esquerda, que quer fazer avançar a revolução, com o movimento das comunas populares e depois com a “revolução cultural proletária”, e a ala direita, que quer seguir o exemplo do capitalismo de Estado da URSS. Mao desloca-se da esquerda para o centro. Depois de alguns anos de uma situação caótica, com “guardas vermelhos” a lutar uns contra os outros, a corrente revolucionária é esmagada pelo exército em combates sangrentos que põem termo à revolução cultural. A política externa da China, ainda em vida de Mao, esquece os apelos internacionalistas de 1960 e torna-se cada vez mais nacionalista. Depois do triunfo da via capitalista, a China declara a União Soviética como o “maior inimigo dos povos de todo o mundo” e alia-se ao campo imperialista.

Este descalabro produz pelo mundo fora duas correntes maoístas, uma de esquerda, anti-imperialista, outra de direita, de tipo social-democrata. E o descrédito internacional do maoísmo. Em desespero, uns tantos partidos “marxistas-leninistas” agarram-se à teoria oficial albanesa da reabilitação integral do stalinismo. O resultado é a defesa de um partido e de um “socialismo” de quartel e por fim, com a “queda do Muro”, a capitulação perante a corrente revisionista com que tinham rompido vinte anos antes.

CONCLUSÃO

Pode parecer-vos este panorama uma sucessão de desastres e fracassos. Não se vê nele nenhuma marcha triunfal para o comunismo. Contudo, se seguirmos a marcha do marxismo no século XX, vemos como ele esteve presente em tudo o que houve de revolucionário e avançado. O progresso social destes cem anos é inseparável da acção e do pensamento dos marxistas, dos comunistas.

E o marxismo, pela sua parte, alimentou-se das revoluções. As sucessivas correntes marxistas ascenderam com os grandes levantamentos dos oprimidos, declinaram e decompuseram-se nas épocas de contra-revolução ou de marasmo. A II Internacional nasce da Comuna de Paris, a sua degenerescência acompanha a corrida dos imperialismos para a primeira disputa mundial; o salto em frente do bolchevismo alimenta-se da grande revolução russa; o fracasso dessa revolução provoca a degenerescência stalinista; uma nova grande revolução, na China, produz a emergência maoísta, que por sua vez se afunda com o fracasso desta...

Isto põe em causa, desde logo, a noção, muito comum, de que o progresso do marxismo dependeria em primeiro lugar de grandes figuras, de génios. Está provado que o marxismo não se dá bem com figuras sagradas e textos sagrados. Ele depende acima de tudo dos grandes movimentos sociais dos oprimidos. (Uma contraprova disto são os variados "marxismos" menores, produzidos por movimentos nacionais burgueses, que nunca conseguem abarcar as grandes linhas da luta de classes).

Mas isto levanta outra questão: porque teve que haver esta sucessão de avanços e recuos? Porquê as grandes revoluções populares que marcaram o século XX, dirigidas pelos comunistas e orientadas para a ditadura do proletariado e para o socialismo, não conseguiram ir além de um desenvolvimento capitalista sob comando do Estado e acabaram em capitalismo puro e simples? O marxismo tropeçou neste obstáculo e as respostas até hoje apresentadas são... pouco marxistas. As dezenas de partidos que hoje se reivindicam do leninismo, do stalinismo, do maoísmo, do trotskismo, dispõem de reduzidíssima influência, justamente porque querem responder aos desafios do presente sem ter uma resposta para o passado: Porque se tornaram a URSS, depois a China, capitalistas? Como pôde o movimento comunista tornar-se, em bloco, reformista? Eu diria, muito brevemente, que na Rússia como na China, ou em Cuba, ou no Vietname, a base económico-social ainda não permitia a passagem ao socialismo. Mas este poderá ser tema para outra conversa.

A actual fase de tateamento pode ainda durar alguns anos. Ultrapassá-la depende da crítica. Marx disse uma vez que *"é precisa uma crítica implacável de tudo o que existe, uma crítica que não tenha medo das suas próprias conclusões"*. Isto não se aplica só à crítica do capitalismo. Aplica-se também à crítica do nosso próprio caminho.

“O COMUNISMO AINDA VAI DAR QUE FALAR”

Para assinalar dez anos de publicação, o director da PO respondeu a um conjunto de perguntas colocadas por colaboradores e amigos da revista, em torno das questões actuais do comunismo. Esperamos que esta entrevista possa suscitar novos debates com os nossos leitores.

Que acolhimento para o vosso projecto nestes dez anos?

Fraco, se exceptuarmos uma pequena franja de apoiantes fiéis e de leitores atentos. Alguns que iniciaram a marcha connosco, depressa se cansaram. A opinião enfeudada ao sistema ignora-nos. É como se vogássemos no vazio. Os outros concedem, quando muito, que a nossa intenção é boa, mas não vão mais além. Censuram-nos pelo que deveríamos fazer e não fizemos, perguntam-nos se vale a pena tanto esforço para tão poucos frutos enfim, convidam-nos mais ou menos abertamente a desistir. É normal. Hoje, todo o que recuse a rendição ideológica incondicional é olhado como louco ou suspeito. A lógica da postura revolucionária não faz parte da vida diária das pessoas. Há que aguardar.

Passados dez anos, não é altura de reconhecer que a vossa mensagem não passou e o vosso projecto falhou?

Dez anos é pouco tempo. Além disso, não resumimos o nosso balanço às repercussões obtidas junto da opinião pública, necessariamente escassas em período tão desfavorável. Para nós conta muito a aproximação que temos feito ao marxismo ao longo do nosso percurso. Julgamos que nos arma para batalhas futuras. É essa convicção que nos permite manter cabeça fria e nervos sólidos.

Lendo a PO, encontro muitas coisas com que concordo sem dificuldade, mas não uma plataforma ideológica definida; umas vezes parece mais stalinista, outras um pouco guevarista, outras anarquizante, outras ainda democrática... Vocês têm claro a que ponto vos levou o vosso percurso e a sucessão das vossas rupturas? Sabem para onde vão? Sabem o que são?

Somos comunistas, a esse respeito não tenha dúvidas. Só que, para nós, ser comunista é um pouco diferente do que eu ou você pen-

sávamos aqui há uns anos. É uma atitude mais radical face ao mundo burguês e ao mesmo tempo mais racional, mais aberta às interrogações, bastante mais marxista, diria eu hoje. O nosso “marxismo-leninismo” anterior seguia uma série de convenções; hoje é muito mais crítico e exigente.

Mas o mundo em que os comunistas se reviam, mesmo quando o criticavam, desapareceu e ninguém espera que regresse. O que vos leva a persistir?

É simples: não nos sentimos esmagados pelo terramoto do Leste, ao contrário da massa das pessoas de esquerda. Não choramos o “desaparecimento do socialismo”, porque nos tínhamos capacitado (muito lentamente, é verdade) de que aquilo era tudo menos socialismo. Como estávamos ancorados à luta de classe anticapitalista, à necessidade do comunismo, não vimos no que aconteceu nenhum motivo para entrar em crise ideológica.

Nesse caso, porque andam há tanto tempo envolvidos num interminável ajuste de contas com o passado?

Nós não podíamos abrir o espírito para as novas exigências da luta de classes enquanto não atingíssemos uma visão global do ciclo que se fechou, das causas da degenerescência das revoluções proletárias. Hoje, julgamos que chegámos a um razoável entendimento do que representaram estes três quartos de século na marcha da revolução. Concluímos aquilo que desde o início deveria ser óbvio para marxistas: na URSS como na China, etc., não havia socialismo, não por erros ou desvios, mas pela simples razão de que tal era impossível. Houve revoluções burguesas, nacionais, anti-imperialistas, que, pelo facto de terem sido detonadas pelos operários e camponeses e dirigidas por partidos comunistas, assumiram durante alguns decénios características invulgares, mas sem transcender o marco do capitalismo.

Revoluções burguesas que expropriaram a burguesia, hostilizaram o capitalismo mundial e adoptaram o marxismo-leninismo?!

E porque não? Este século mostrou-nos o carácter original que podem assumir as revoluções burguesas retardadas, na época do imperialismo e do proletariado ascendente. Talvez ainda vejamos no século que se inicia outras variantes deste tipo de revoluções. Como a burguesia nacional, débil e lacaia do imperialismo, é incapaz de as

conduzir, a classe operária é projectada a primeiro plano. Tenta naturalmente fazer a sua própria revolução, mas a ausência de premissas económico-sociais não lho consente. Resulta daí um regime híbrido, que cola aspirações operárias socialistas sobre uma estrutura capitalista. No fim, a expropriação inicial da burguesia vem a revelar-se como uma poderosa alavanca da acumulação capitalista sob a égide do Estado. É o capitalismo de Estado, uma deformação temporária que, cumprida a sua função, cede o lugar ao livre jogo do capital.

Em resumo, Kautsky estava certo e o messianismo leninista foi uma loucura que custou cara à humanidade?

Nem por sombras. Perante a incapacidade da burguesia para fazer a revolução burguesa, os bolcheviques apoiaram a fundo a insurreição dos explorados. Até onde poderia ela chegar, que apoios exteriores poderia receber, que reflexos causaria nos outros povos, era uma incógnita. É essa audácia que faz de Lenine um modelo para todos os revolucionários. Voltar as costas à revolução popular que irrompe com o argumento de que ainda não é a vez do socialismo, é o que fazem os Kautsky de todos os tempos, com a conclusão prática de se porem do lado da burguesia e espingardarem os trabalhadores, em nome do “marxismo”.

A vossa posição quanto ao stalinismo evoluiu mas parece ainda ambígua: condenam os crimes, etc., mas continuam a tomar partido pela URSS dessa época e a elogiar a sua política externa.

Nada tendo de socialista ou comunista, a URSS esteve na primeira linha da luta contra a guerra mundial e o fascismo e impulsionou o movimento operário pelo mundo fora. Durante algumas décadas, o regime da URSS, tal como depois o da China, só podia defender-se do estrangulamento se apoiasse as correntes populares e anti-imperialistas. Esse é um facto iniludível. A burguesia falsifica-o porque precisa de fazer esquecer a sua grossa fatia de responsabilidade nos 50 milhões de mortos da segunda guerra mundial e porque ainda hoje a incomoda a aura revolucionária que rodeava o regime stalinista devido à sua origem.

Mas não nega que os partidos comunistas, em todo o lado onde chegaram ao poder, o açambarcaram, baniram as eleições livres e oprimiram o povo?

Elevados ao poder (por revoluções populares autênticas, não por qualquer golpe, atenção!), esses partidos viram-se obrigados a

presidir a transformações sociais muito diferentes das que supunham à partida. Degeneraram por isso, todos eles, em partidos únicos do capitalismo de Estado. A história tenebrosa da supressão das liberdades, das “depurações” internas e do reinado dos *aparatchiks* não pertence ao património do comunismo e do marxismo, foi parte integrante da acumulação capitalista a que esses países não se puderam furtar.

Isso parece uma forma hábil de iludir as responsabilidades dos comunistas...

Mas não é. Não fomos nós que inventámos a mutação social e ideológica que se dá entre o Staline de 1915 e o Staline de 1935, por exemplo; ou a passagem do Mao da guerra de libertação ao déspota envolvido em intrigas do poder no fim da vida; ou mesmo a mudança que se detecta nas posições de Lenine nos seus anos derradeiros, quando a revolução dos soviets agoniza. A luta de classes é uma corrente impetuosa que modela as pessoas.

Afinal, o regime da URSS foi assim tão diferente do nazismo?

Foi. Na URSS, o despotismo de Staline serviu a generalização das relações capitalistas sob propriedade estatal; teve, com a brutalidade que sempre acompanha os processos de acumulação capitalista, um significado histórico positivo de criação de bases duma economia moderna, pela eliminação da pequena produção pré-capitalista. Comparativamente com as revoluções burguesas clássicas (França, Inglaterra, Estados Unidos), a da Rússia teve uma projecção mundial muito mais vasta, e isso devido ao seu impulso proletário inicial. Coisa semelhante se pode dizer do “comunismo” da China, saído duma gigantesca revolução camponesa.

Na Alemanha hitleriana estamos perante uma aventura imperialista, de pilhagem, duma burguesia inconformada com a derrota imposta pelos rivais na 1ª guerra mundial, em busca duma desforra por qualquer meio.

E o totalitarismo que caracteriza uns e outros, não tem importância? O gulag foi melhor que os campos de concentração?

Justamente, se falamos em totalitarismo e massacres, verificamos que, dos três grandes campos em que a certa altura se dividiu o mundo – fascista, “comunista” e democrático -, este último não foi decerto o menos mortífero. Só que exporta em geral a fome e o

terror para lá das suas fronteiras... O Estado de direito e a garantias democráticas dos cidadãos nas metrópoles do capital, para além do carácter fraudulento, têm o seu reverso nos cenários de pesadelo do terceiro mundo; são duas faces da mesma moeda.

Como comunistas, condenamos todos os massacres. E por isso repudiamos a pretensão da democracia imperialista se arvorar em juiz na matéria.

Não nega que foi o conhecimento das mentiras do socialismo que lançou o movimento comunista na crise...

A crise do movimento comunista tem raízes mais fundas. Resultou da ilusão, criada pela revolução russa, de que a ditadura do proletariado já tinha os seus baluartes e poderia triunfar a médio ou mesmo curto prazo num grande número de países. Como as condições revolucionárias estavam muito menos amadurecidas do que se supunha, o movimento, ao sofrer o choque com a realidade, começou a ser avassalado pelo reformismo.

Só pôde deitar raízes sãs em países oprimidos onde germinava a revolução, mas aí, os comunistas tiveram que se pôr ao serviço das tarefas antifeudais e de libertação nacional que estavam na ordem do dia e foram moldados por elas. Num e noutro caso, os comunistas não viram sair dos seus esforços e sacrifícios a almejada revolução socialista. Contingências da primeira fase da época imperialista... É provável que a nova fase agora iniciada traga um maior campo para o marxismo revolucionário.

A corrente marxista-leninista não tinha também a ambição de retomar o espírito revolucionário leninista?

Sim, tinha, mas não estava apetrechada para isso porque não ousava criticar o stalinismo. No fundo, o nosso "leninismo" da época levantava a bandeira do capitalismo de Estado jovem e aguerrido contra o capitalismo de Estado gasto e corrupto. Staline contra Kruchoy, Mao contra Deng. Disparávamos na boa direcção mas a trincheira não nos permitia ir mais longe.

Quando isso se tornou evidente, uma parte das nossas hostes deslocou-se para posições mais avançadas; a outra parte, a maioria, como geralmente acontece em emergências destas, depôs as armas, desencorajada. Por mim, não lamento o percurso, só lamento a sua lentidão. Foi uma etapa necessária para nos reapossarmos do marxismo.

Há quem diga que o vosso marxismo é demasiado político e continua carregado de “espírito de partido”, sempre em busca da “linha justa”...

Essa é uma crítica que aceitamos com gosto. Fomos formados na escola leninista, sempre alerta contra a apropriação do movimento do proletariado pela pequena burguesia democrática. Aquilo a que se chama depreciativamente a nossa “mania da ortodoxia” é a noção de que atrás de pequenos matizes políticos se podem ocultar grandes diferenças de classe. Diferenciar e puxar para cima os interesses do proletariado no movimento popular é para nós a chave, o sal do marxismo. Marxismo de salão, descomprometido da luta de classes, não nos serve.

O defeito da vossa revista é, na opinião de bastantes pessoas, a pouca audácia das análises, um certo repisar em ideias adquiridas e a ausência de progressos na elaboração dum programa político.

Estou de acordo; temos sido muito lentos. Em todo o caso, conseguimos percorrer estes dez anos sem cair por nenhuma ribanceira “pós-marxista”. Nos tempos que correm, já não é mau de todo. No que se refere especificamente ao programa político, estamos conscientes da sua importância, mas não cremos que se possam fazer grandes progressos enquanto o próprio movimento não clarificar mais as questões. Se contribuirmos para a criação duma corrente de ideias comunistas em Portugal, já nos daremos por satisfeitos.

Não seria mais produtivo empenharem-se em acções de intervenção, mesmo localizadas?

Empenhamo-nos em acções locais, sempre que possível, mas subordinamos a nossa actividade à edição da revista. Somos um pequeno grupo, temos que escolher prioridades e sentimos que o mais grave para o movimento revolucionário seria permanecer no actual caos ideológico, privado de pontos de referência, percorrido em todos os sentidos pela ideologia burguesa.

É verdade que a propaganda tem pouco eco, mas o mesmo acontece com a agitação, as greves, etc. É próprio da época que atravessamos. O problema é que há uma desconfiança tradicional na nossa extrema-esquerda quanto à actividade ideológica e de propaganda, vista como “teoricista”, “desligada das massas”. Se isto reflecte em parte a má opinião dos militantes operários perante certos “ideólogos” enfatizados que a pequena burguesia radical de vez em quando lhes envia, reflecte também, e agora sobretudo, a crença infantil de que se

pode sair das dificuldades ignorando a ideologia –, um certo culto da ignorância enraizado no nosso movimento operário e no qual o PCP tem uma pesada responsabilidade.

Enfim, não vamos insistir em velhos debates cansados sobre o primado da teoria ou da prática. Para nós é claro que a actual crise das lutas tem muito a ver com a pretensa “falência do marxismo”; logo, a intervenção nesse terreno é vital para desatar o nó. Não acreditamos que um movimento revolucionário coerente, articulado, saia da mera soma de lutas parcelares por objectivos imediatos. A articulação só lhe poderá vir dum corpo de ideias, dum projecto revolucionário, que neste momento não existe.

E a PO é que irá criar esse projecto?

Não sei. Pretendemos apenas entender o passado do movimento e anteciper um pouco do que vai acontecer, para poder agir de forma racional. Não é essa a atitude que se espera de marxistas?

Crêem seriamente que uma nova geração de trabalha dores de fábrica adoptará as vossas ideias e dará corpo a uma organização revolucionária num futuro previsível?

É para isso que cá andamos. Estamos convencidos de que o nosso contributo para uma corrente de ideias comunistas em Portugal é um dos elementos que estão a preparar o nascimento desse partido comunista futuro. Mas será preciso conjugar muitos mais esforços, vindos de outras origens.

Pensam num partido leninista “puro e duro”, guiado pelo centralismo democrático, apesar dos males que isso causou no passado?

Pensamos num partido de combate, capaz de unificar o pensamento e a vontade dos oprimidos, porque sem isso não haverá derrubamento efectivo do poder burguês. Este é um ponto que nos separa radicalmente de outras forças que se reivindicam do socialismo. Neste momento, como se compreenderá, não nos preocupa por aí além a discussão dos estatutos desse partido, mas vemo-lo um pouco à imagem do partido bolchevique nos anos da revolução. A sua centralização democrática estava nos antípodas daquilo que mais tarde os *aparatchiks* designaram como tal, e que foi a supressão do debate e da liberdade criadora, a paranóia da indisciplina e do fraccionismo próprias dum partido reaccionário, monopolizador do poder.

Como explica a escassíssima penetração da vossa mensagem em todos os sectores da população, e especialmente na juventude?

Ah, sim, os jovens... Correndo mais uma vez o risco de ser dado como “dinossauro” empedernido, digo-lhe que a opinião dos jovens me parece fraco aferidor da verdade ou do erro. Cultiva-se hoje uma grande demagogia quando se aponta os jovens como estando na vanguarda devido à sua insatisfação com o que existe, à irreverência com que questionam a ordem, ao movimento anti-propinas, etc. Deixemo-nos de fantasias: a juventude sofre duma despolitização atroz e não há “intuição” ou “generosidade” que lhe valham.

Mas é um facto que a linguagem marxista soa aos jovens como algo velho, ultrapassado...

A questão não é de linguagem; o marxismo apela à inteligência, ao raciocínio em matéria social, e por isso surge como estranho a pessoas alimentadas com ideias primárias e impulsos irracionais. Por motivos políticos e de mercado, existe hoje uma campanha lisonjeando como um mérito a ignorância da juventude. Extrai-se o cérebro a um indivíduo e depois aplaudem-se as suas reacções... A cruzada contra o “esgotamento” da mensagem das gerações mais velhas é uma forma de cortar a transmissão da experiência acumulada. Com apelos desses à juventude prosperaram no passado os fascistas e, e, no nosso tempo, o cavaquismo, os negócios do espectáculo, a droga... e o fascismo.

Já se sabe que a revolução será feita pelos jovens, não pelos velhos. Mas só quando houver jovens capazes de elevar a sua rebelião ao nível da acção revolucionária. E isso não se adivinha, aprende-se.

Viver anos e anos nos subterrâneos, como a toupeira, não é cansativo?

Em tempo de contra-revolução e num país inserido num dos centros imperialistas, é normal que os pontos de apoio do comunismo nas massas sejam reduzidos. Pode até acontecer que seja forçado a passar à clandestinidade ou mesmo ser privado de espaço para existir como partido político. Se isso acontecer, ainda que não nos agrade mesmo nada, mais vale enfrentar a situação do que pormo-nos em busca de “soluções” mágicas que desembocam na liquidação da linha revolucionária como preço da “ampliação”.

Se a vossa conclusão é que os partidos, sindicatos, intervenções alternativas está tudo apodrecido e a massa da população está despolitizada, então quais serão os vossos pontos de apoio?

É sempre possível manter laços com os explorados através do trabalho de oposição sindical, de comissões de luta temporárias, apoiando as reivindicações que questionam a ordem existente. Não vemos que, para ter espaço de intervenção, seja preciso entrar em compromissos com as instituições. Isso é desculpa dos que, em nome de “táticas flexíveis”, procuram um lugar ao sol.

No tempo do maoísmo costumava dizer-se que era preciso “ajudar as massas a percorrer a sua própria experiência”. Esse princípio está desactualizado?

Pelo contrário, é actualíssimo. A questão está em saber de que experiência falamos. Para nós, comunistas, é experiência real e não ilusória da luta de classes tudo o que contribua para levar os explorados a uma postura antagónica com a ordem burguesa. Somos portanto muito exigentes na avaliação das acções parcelares, imediatas: conduzem a conclusões de ruptura com a ordem ou a ilusões de reforma? Pode acontecer, e acontece na maioria dos casos, que não passem de ratoeiras “alternativas”, ópio “contestatário”, diversões para reconduzir as massas à aceitação da ordem.

Não é politicamente estéril ficar à margem das batalhas concretas em nome da pureza dos princípios?

Se está a pensar nas próximas eleições, posso já adiantar-lhe que nós, na OCPO, mesmo sem debates profundos, nos sentimos fora dessa guerra.

PS e PSD, tudo no mesmo saco?

Mais ou menos. Quanto mais progride a centralização do capital, a absorção do país no espaço imperialista europeu, o assalariamento da pequena burguesia, menor é o espaço para variantes de “esquerda” na política burguesa, mais se restringe o campo da demagogia das reformas “socialistas”, mais semelhantes se tornam as políticas e os discursos. Não é por acaso que o PS e o PC são governados por eurocratas, gestores e economistas, tal como o PSD e o CDS. Aliás, quem esqueceu aquilo que o PS fez no governo?

Quer dizer que não vão ajudar a correr com o cavaquismo?

Alto aí! Desde o início que trabalhamos para isso e olhe que aqui há meia dúzia de anos não era fácil ser anticavaquista; não estava na moda. Simplesmente, nós não entendemos a luta contra a direita como um voto no centro, que, uma vez no governo, vai fazer

a política da direita... A luta contra o cavaquismo tem a ver com o reagrupamento dos explorados, com o despertar do seu espírito de classe, da confiança nas suas próprias forças. É nisso que nos empenharemos, antes, durante e depois das eleições.

A vossa posição acaba por se cifrar num anti-eleitoralismo não claramente assumido.

Temos verificado que nas condições actuais e eu sublinho, nestas condições o aproveitamento revolucionário das eleições é muito problemático. Devido ao refluxo do movimento de massas, o jogo eleitoral é monopolizado pelas grandes máquinas partidárias, é um segmento de mercado que não depende de argumentos políticos mas de operações bem conduzidas de *marketing* com apoio na comunicação social. Nesta correlação de forças, a intervenção dos pequenos partidos marginais, entalados no colete de forças legal burguês, acaba por ser recuperada como “prova da democraticidade” do processo.

Na UDP, para falar duma experiência que vivi de perto, com o engodo de aproveitar os tempos de antena para aparecer perante todo o país, de aumentar a percentagem de votos e eleger um deputado (às tantas, já sonhavam com dois ou três...), entrou-se na lógica de moderar a linguagem, desnaturaram-se as posições revolucionárias, deu-se livre curso ao reformismo, sanearam-se os revolucionários, esbateram-se as fronteiras com o PCP.

As eleições, em período de apatia das massas, nunca mudarão nada. É por isso que a burguesia as aprecia tanto. Servem apenas para revezar e refrescar as equipas de governo, legitimar a fraude burguesa da “igualdade de direitos” (já vem no Lenine mas agora é vinte vezes pior), dar escape às tensões sociais pela aparência de escolha que proporcionam e domesticar os revolucionários. Se, mesmo assim, os comunistas podem ou não utilizá-las para acumular forças, é caso que teremos que ponderar no futuro.

A vossa revista não poupa o PCP. Não há aí da vossa parte reflexos sectários herdados da velha corrente marxista-leninista?

Não creio que tenha nada a ver com sectarismo. Os comunistas só podem criar o seu próprio campo se desmistificarem o falso comunismo do PCP. Basicamente, temos que dizer que o sonho duma democracia burguesa nacional-progressista aquilo a que o PCP chama a “democracia avançada” é uma história da carochinha para adormecer simplórios. “Democracia avançada” com a burguesia no poder é um mero momento passageiro de equilíbrio de forças entre os dois

campos; apontá-la como meta duma política é absurdo; mais ainda quando, ao chegar a um momento desses se puxa para trás, como fez o PC em 75. Só a credulidade conformista de certas franjas proletárias e pequeno-burguesas amachucadas pela derrota dá base de sustentação a uma estratégia tão impotente.

A função do PCP é recuperar todos os descontentamentos e canalizá-los de novo para dentro do respeito pela ordem. Compreende-se que alguns trabalhadores digam: “O PCP pode não ser revolucionário, mas ao menos existe, está na Assembleia, na CGTP, vai fazendo alguma coisa...” Mas se encarmos a questão do ponto de vista dos interesses do movimento a longo prazo, é fácil demonstrar que a classe operária não precisa duma ala esquerda dentro do regime mas dum organizador da revolução.

Mesmo assim, daí até atacar os PCs como contra revolucionários vai uma grande distância...

Tudo depende da aspereza da luta de classes. Pelo que dizem hoje, avaliamos o que farão amanhã. Quando, por exemplo, Robert Hue, secretário-geral do PCF, vem proclamar, em vésperas das eleições presidenciais em França, a sua rejeição da “ideia de revolução violenta e da ditadura do proletariado”, ele não está a rejeitar uma “ideia”; está a comprometer-se perante a burguesia a lutar contra a revolução, a defender o regime burguês, em caso de necessidade. Isto é contra-revolução.

Mas com essa lógica, a PO acaba por recusar uma política de alianças e esquecer tudo o que Lenine disse a esse respeito...

A velha polémica sobre as alianças com a pequena burguesia tem que ser discutida no concreto, para evitar a mastigação de ideias feitas. Quando há um século camadas pequeno-burguesas pré-capitalistas (camponeses, sobretudo, artesãos, etc.) estavam a ser trituradas pelo ascenso do capital e lutavam pela sobrevivência, podia-se atraí-las à órbita do proletariado (na condição de a luta deste ser suficientemente poderosa). Mas à medida que o mercado capitalista invadiu todos os poros da sociedade e a pequena burguesia foi remodelada e aglutinada, o seu alinhamento social modificou-se. Agora, ela é uma peça obediente do mecanismo capitalista, de que se alimenta.

Ora, a maioria dos partidos comunistas, mal conseguiram alguma implantação no proletariado, começavam a esbracejar para “ganhar a aliança com a pequena burguesia, como ensinou Lenine”.

Os PCs revisionistas inventaram mesmo toda uma teorização sobre as alianças antimonopolistas com a pequena burguesia; o resultado foi transformarem-se eles próprios em órgãos dessa pequena burguesia.

Se o proletariado quiser lançar-se numa luta independente pela sua emancipação das cadeias do capital, tem que se capacitar de que todos os sectores da burguesia estão contra esse projecto. Alianças? Óptimo! Mas como saberemos quem está disposto a ser aliado do proletariado antes de este se afirmar na cena política e ideológica como uma força revolucionária independente?

Em sua opinião, o partido comunista deve preparar-se para o derrube violento das instituições?

O partido comunista é digno deste nome se se puser à altura das necessidades da revolução, sabendo que esta será extremamente violenta devido à recusa da burguesia a abandonar o poder. Isto é elementar e óbvio mas a burguesia faz um alarido tremendo com o assunto, como se fosse um ultraje. Não satisfeita com oprimir, a burguesia ainda exige que os de baixo reverenciem essa opressão como “democracia”, caso contrário persegue-os como “subversivos”, “associais”, “terroristas”.

O que o leva a pensar que os partidos comunistas do futuro não cairão em desvios semelhantes aos do passado e não se transformarão em ditadores?

Não é um problema de erros mas de necessidade histórica. Se amanhã triunfasse uma revolução popular num país camponês, como as Filipinas ou o Bangla Desh, digamos, e os comunistas estivessem na sua vanguarda e assumissem o poder, ficando isolados internacionalmente, haveria muitas possibilidades de terem uma evolução semelhante à que sofreram os bolcheviques russos ou os comunistas chineses. A revolução que têm para realizar não lhes daria muitas margens de opção. É um problema social, do nível da revolução num dado país, insisto, e não do partido em si. Mas se houver uma revolução num país ou conjunto de países de capitalismo amadurecido e generalizado, com a massa da população assalariada, surgirão experiências de socialismo autênticas, naturalmente inconciliáveis com qualquer sistema de partido único.

Falemos em concreto: supondo que o vosso futuro partido comunista chegasse ao poder, estaria disposto a submeter-se ao

veredicto popular em eleições livres e limpas, aceitar a alternância de poder?

Estando a vigorar o socialismo, o problema não seria de saber se nós nos agarrávamos ou não ao poder, mas se as organizações populares no-lo admitiam. Repare: comete-se habitualmente o erro de imaginar a vida em socialismo decalcada sobre a nossa sociedade actual, como se apenas tivesse de diferente um governo socialista ou comunista. Ora, o socialismo só surgirá depois dum período certamente longo de convulsões revolucionárias através das quais a massa da população assalariada expropriará a burguesia e passará a gestão das empresas, a administração, etc. para organismos eleitos, abertos ao seu controlo, revogáveis. E, a partir do momento em que os trabalhadores tenham feito a experiência do autogoverno socialista, a ideia de que possam eleger um partido burguês para o governo é absurda. Não acha ridícula essa conversa que agora surgiu dum referendo para saber se queremos voltar aos tempos dos reis e do clero, nobreza e povo? Assim também soará no futuro a proposta para se restaurar a propriedade privada, os patrões, a finança... Quando as massas acabarem com o capitalismo, é de vez. De resto, é por presentirem isso que os burgueses, democratas e não democratas, ficam gelados de pavor perante a perspectiva da revolução comunista.

Continuam portanto a reivindicar o objectivo da ditadura do proletariado?

Enquanto existir burguesia e proletariado, ou manda um ou manda o outro. É dos livros... O que será em concreto a ditadura do proletariado, não sabemos. Uma coisa sabemos todavia, desde já: não será nada do que existiu na União Soviética. Por três motivos: primeiro, porque o socialismo só é concebível em condições de liberdade irrestrita de criação, de comunicação, de organização; segundo, porque ele pressupõe uma descentralização muito maior, a generalização do autogoverno e o depercimento do poder central do Estado; terceiro, porque, numa sociedade donde foi erradicada a exploração, o papel dos partidos políticos como aparelhos de poder tenderá provavelmente a declinar e ascenderão outras formas de organização dos produtores.

“Liberdade irrestrita” em ditadura?! Há aí uma contradição tremenda!

De modo nenhum. Criada por via revolucionária uma nova ordem constitucional na qual é banida a exploração do homem pelo

homem (até já tivemos isso escrito na nossa Constituição, só nos faltou a insurreição popular...), será assegurada a mais ampla liberdade nos marcos dessa ordem. As pessoas, os partidos, etc., que tentarem violá-la serão naturalmente reprimidos. Porque é que aqueles que tanto falam no “Estado de direito” não conseguem conceber o Estado de direito do socialismo?

O pior é que essa expropriação da burguesia acarreta uma arregimentação bárbara e sufocante, como já se viu no passado.

Porque é que, quando se fala em expropriação da burguesia, salta logo o fantasma da “arregimentação”? Como chamaremos então a um regime que garante a uns tantos o direito de abrir empresas e contratar assalariados, como se o género humano fosse gado de trabalho? Pelo contrário, a expropriação socialista da burguesia vai ser a aventura mais libertadora até hoje vivida pela humanidade.

A vossa meta é o socialismo em liberdade?

Essa é a palavra de código dos social-democratas para dizerem à burguesia que não receie pelos seus privilégios quando eles forem para o governo. A nossa proposta é: expropriar a burguesia para poder haver socialismo e liberdade.

Quanta liberdade?

Toda a que não envolva exploração do homem pelo homem. Posso assegurar-lhe que é muito mais que a que se tem conhecido até hoje.

Existe hoje alguma corrente internacional em que o vosso grupo esteja inserido?

Não. A dispersão e o fraccionamento dos comunistas é um fenómeno mundial. Procuramos manter contacto com grupos que continuam a reivindicar-se do leninismo. Isto comporta alinhamentos bastante diferentes, mas dá um ponto de partida sólido para a discussão. No ponto a que se chegou, parece-nos cedo para o reagrupamento numa corrente comunista internacional; não há milagres e a formação por decreto de qualquer “centro” seria um erro. De qualquer modo, a perspectiva internacional da revolução está hoje para nós mais viva do que nunca.

Perspectiva muito longínqua...

Porquê? Em 89 andava tudo agitadíssimo com o início da

“nova ordem democrática” que ia acabar com a luta de classes. Não me esquece a comisseração estupefacta com que me olharam quando disse numa entrevista a um jornal que aqueles festejos democráticos eram apenas “o prólogo cor-de-rosa a mais uma década de terror” e falei no previsível descalabro do Leste, em guerras, fomes e ditaduras... Constatações evidentes mas que na altura pareciam absurdas à pequena burguesia, sempre disposta a acreditar que o imperialismo se vai emendar e começar vida nova... Passados seis anos, já aqui vamos. E ainda a procissão vai no adro...

Continua a acreditar numa revolução em Portugal?

As revoluções não são matéria de crença; são fenómenos tão espontâneos como as convulsões da natureza. Têm acontecido no passado e vão continuar a acontecer. A ideia de que a burguesia teria conseguido chegar a um controlo absoluto dos conflitos, combinando a alienação e a repressão é fruto do medo. O poder burguês é justamente o que leva ao extremo a anarquia e as explosões incontrolláveis. O que acontece neste momento é que um longo período de estagnação revolucionária semeou o pessimismo na esquerda. É uma doença que se cura no dia em que o vulcão social entrar em erupção.

Esperam portanto novas revoluções semelhantes às do passado?

Não. Esperamos revoluções mais avançadas. Um ciclo terminou, outro novo vai começar. Eu sei que falar em nova etapa da revolução mundial é acolhido com irrisão, mesmo pelas pessoas que procuram manter-se em posições de esquerda. Pensam que a revolução morreu. E todavia é necessário dizê-lo. Com o fim do mal chamado “campo socialista” e com a passagem ao imperialismo global, a urgência da liquidação do capitalismo surge com novo vigor aos olhos da humanidade trabalhadora. É uma etapa que está ainda em esboço, não se divisa o caminho a seguir para romper a cadeia, mas os dados do problema estão colocados com maior nitidez do que há vinte ou cinquenta anos.

Fala com se estivéssemos no tempo dos proletários russos, esquece que vivemos na idade da informática e da robótica...

Ajuizar da luta de classes mundial pela sofisticação dos grandes centros da burguesia induz em erro. O proletariado é hoje maior do que nunca, a humanidade tem o seu destino encadeado aos jogos do capital em proporções nunca vistas no passado, a miséria e o

sofrimento abalam em todos os continentes os sistemas de poder estabelecidos e preparam convulsões gigantescas. A informática, a robótica e tudo o mais anunciam a possibilidade de superação da crise, mas, para já, nas mãos da burguesia, só ampliam as dimensões dessa crise.

Isso não impede que nesta Europa febril, inovadora, apesar da crise, nestas metrópoles modernas, a mensagem da revolução proletária soe como irreal. Parece uma história de outras eras...

Sem dúvida. Ninguém acredita que uma revolução possa ocorrer neste “primeiro mundo” saciado enquanto não for convulsionado por uma crise a sério. Mas não se iluda. Todo este esplendor e poderio capitalista assenta sobre uma fina crosta, muito mais fina do que habitualmente se pensa. Se um cataclismo interromper o movimento de reprodução do capital (e na economia moderna, ele assumirá dimensão continental), o majestoso edifício da ordem começará a cambalear em poucas semanas. Em momentos desses, o que faz a diferença é a presença ou não de organizações revolucionárias e de um espírito revolucionário no seio dos oprimidos.

Mas não se pode negar que, no meio dessa barbárie, as novas tecnologias preparam um mundo diferente.

Sim, preparam as premissas do comunismo, mas enquanto estiverem na mão do capital só contribuem para ampliar as dimensões da barbárie. Agora há quem explique a selva actual como a entrada numa “era da anarquia”: o feliz “fim da história” estaria reservado à população “normal” dos países avançados, enquanto os outros, olhados como uma espécie inferior, estariam condenados a ficar “presos na história”, ou pior até, a “recuar no tempo”. A culpa seria deles próprios: fazem muitos filhos, não adoptam técnicas modernas, destroem o ambiente... E como essas hordas de novos bárbaros não se conformam com a sua situação e pressionam às portas do mundo “livre”, considera-se justificado apurar os meios de defesa, ou seja, dizimá-los. O cume da civilização tecnológica é o auge da barbárie.

O que impede mais pessoas de aderir ao comunismo?

O medo. Tudo o mais são questões secundárias ou álibis. Ao chocar com a conclusão de que é imperioso expropriar o capital, a mente das pessoas detém-se, assustada. A experiência ensina-lhes que é perigoso enveredar por esse caminho.

Não acredita então na possibilidade de atenuar as consequências trágicas desses abismos, em vez de apostar numa convulsão que pode ser ainda mais dolorosa?

Atenuar como, se o poder de intervenção dos partidos e dos estados se torna irrisório face ao dos centros financeiros gigantescos? Uma das consequências da nova era do imperialismo global foi tirar sem cerimónia o tapete debaixo dos pés aos reformistas. Hoje, mais do que nunca, soam ridículas as exortações destes à burguesia. Veja o PCF na última campanha eleitoral: bons conselhos para uma “grande política progressista da França na cena internacional” ou para “uma nova ordem internacional de essência anticapitalista”. Tudo fantasias, e eles sabem-no.

Quer isso dizer que prevêem o desencadeamento de novas revoluções no terceiro mundo?

Por onde reventará a revolução não faço ideia. Até porque os “terceiros mundos” hoje estão por toda a parte.

Sempre pronto a lutar pela utopia?

Essa da “utopia” está muito na moda mas pessoalmente não me agrada. Pinta os revolucionários como sonhadores inofensivos, pobres diabos fora deste mundo. Conhece maior utopia do que a da prosperidade geral, da paz e da liberdade sob o capitalismo? E no entanto, todos a repetem uns aos outros como se fosse a coisa mais natural. O capitalismo é que vende utopias. Nós não somos utopistas; lutamos por uma reorganização social tornada premente pelo próprio capitalismo. O comunismo ainda vai dar que falar.

*(Entrevista a Francisco Martins Rodrigues, Política Operária 50 -
Maio/Junho de 1995)*